

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDIY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quíelise Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Bufiara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Thomazoni
2.º Secretário — Quíelise Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sático

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélto Guimarães Sotto Ma'or.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 192.^a Sessão (Extraordinária)
Realizada em 29 de Novembro de 1972
(Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

As 14.00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Antonio Belinati — Antonio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federman — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão e Xenofonia Villanueva (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Arthur de Souza — Emilio Carazzai — Gilberto Carvalho — Mauricio Fruet — Fabiano Braga Côrtes e Pinto Dias (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSAO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido
Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSAO ÚNICA — da Proposição n.º 131-72, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 170-70, de autoria do Sr. ex-Deputado Abrahão Miguel, que autoriza o Poder Executivo firmar Convênio com as Prefeituras Municipais de Flórida e Atalaia, para construção de uma ponte que liga os dois Municípios, sobre o Rio Pirapó. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 30, quinta-feira, às 14.00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSAO ÚNICA — da Proposição n.º 135-72.
Levanta-se a sessão.

2.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 193.^a Sessão Ordinária
Realizada em 29 de Novembro de 1972
(Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão e Xenofonia Villanueva (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Arthur de Souza — Emilio Carazzai — Gilberto Carvalho — Mauricio Fruet — Fabiano Braga Côrtes e Pinto Dias. (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S A O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

MENSAGENS

MENSAGEM 60-72
Senhor Presidente.

Curitiba, 10 de novembro de 1972

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Acordo Especial n.º 29, celebrado em 19 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Educação e Cultura, através da Comissão Estadual do Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO), visando a realização de cursos de qualificação de Mão de Obra para atividade no setor primário.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a.) Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DO ENSINO MÉDIO
PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO DE OBRA
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ

ACORDO ESPECIAL N.º 29

ACORDO ESPECIAL que entre si fazem a Comissão Estadual do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra, vinculado ao Departamento de Ensino Médio do Ministério da Educação e Cultura, instituído pelo Decreto n.º 53.324, de 08.12.63, alterado pelo dec. n.º 70.882, de 27.07.72, de ora em diante referido neste Acordo Especial como PIPMO, e Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, de ora em diante denominado simplesmente como "ENTIDADE EXECUTORA", para a realização dos objetivos de PIPMO, através de curso de qualificação de Mão de Obra para atividade no setor Primário, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA I

Serão responsáveis pelo cumprimento deste Convênio o Coordenador Estadual do PIPMO, pelo Departamento de Ensino Médio, e o Dr. Roulien Basaglia.

CLÁUSULA II

Além deste Acordo Especial, haverá termos aditivos para cada curso, com especificação em dias e horas, relatórios a serem apresentados, utilização de equipamento da Entidade Executora, responsabilidade da manutenção, número de treinados, complementação de equipamento por parte do PIPMO e outras obrigações específicas que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA III

Cabe à Entidade Executora proceder à aquisição do material e equipamento, salvo nos casos especiais em que esse equipamento for fornecido pelo PIPMO.

CLÁUSULA IV

A Entidade Executora se obriga a manter atualizada e a disposição da Comissão Estadual do PIPMO a relação em matrícula dos cursos em realização, o registro da frequência de treinados, instrutores e professores, bem como da matéria lecionada.

CLÁUSULA V

A Entidade Executora é responsável pela conservação das máquinas e equipamentos eventualmente fornecidos pelo PIPMO para a realização dos cursos, findos os quais a destinação desse acervo será objeto de decisão por parte da Comissão Estadual, de acordo com a orientação da Comissão Nacional.

CLÁUSULA VI

A Entidade Executora se obriga à prestação de contas das dotações que receber, à Comissão Estadual, semestralmente ou no fim de cada curso, se a duração deste for inferior a seis meses, observados, para a escrituração escolar e administrativa, os padrões fornecidos pelo PIPMO.

CLÁUSULA VII

A Entidade Executora se obriga a apresentar à Comissão Estadual o relatório das atividades dos diversos cursos, com a relação de frequência dos treinados, professores e instrutores evasão, matéria lecionada e aproveitamento verificado.

CLÁUSULA VIII

A Entidade Executora expedirá certificados de conclusão de curso aos treinados que a isso fizerem jus, de acordo com modelo fornecido pelo PIPMO.

CLÁUSULA IX

As despesas com a administração, pessoal, material didático e equipamento complementar referentes aos cursos decorrentes deste Acordo, serão objeto de detalhamento quando da assinatura dos respectivos termos aditivos.

CLÁUSULA X

A remuneração de professores, instrutores e pessoal administrativo será feita durante o período letivo e na forma de serviços prestados.

CLÁUSULA XI

Não é admitida a cobrança de qualquer taxa ou contribuição dos treinados para sua frequência nos cursos previstos neste Acordo, salvo nos casos especiais constantes dos termos aditivos.

CLÁUSULA XII

O não cumprimento das cláusulas deste Acordo Especial motivará a denúncia, por qualquer das partes, deste Acordo Especial e dos Termos Aditivos a ele referentes.

E por estarem concordes com as cláusulas do presente documento, subcrevem-no, comprometendo-se a cumpri-lo e a assinarem os Termos Aditivos decorrentes do presente ajuste.

Curitiba, 19 de outubro de 1972.

Ernesto Knauer — Coordenador Estadual
Roulien Basaglia — Representante da Entidade Executora
Renato Follador — Testemunha
Hilary Grahl Passos — Testemunha

MENSAGEM 61-72

Curitiba, 10 de novembro de 1972

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Matelândia, Presidente Castelo Branco, Paranaicity, Ivaiporã, Jaboti, Bela Vista do Paraíso e Japira, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipa-

mentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à aprovação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA — ESTADO DO PARANÁ

Termo de convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Matelândia, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamento para a Delegacia de polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 15 dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Olmar Gavazzoni, Prefeito Municipal de Matelândia, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 de Constituição Estadual e o Artigo 51 (Itens — VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização Legislativa Municipal datada de 10-08-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue: (autorização Governamental datada de 21-VII-72).

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio

— fixar as recíprocas obrigações que permitem melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos;

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros da apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção de ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia da Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, substanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
 - b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
 - c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.
- A Prefeitura Municipal de Matelândia, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:
- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
 - b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;
 - II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
 - III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;
 - IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
 - V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filme, papéis apropriados, material de limpeza conservação;
 - VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor de estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado a outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA

Virência

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA

Celeridade do Apoio

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto atendimento e imediato às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 15 de agosto de 1972.

(Ass. ilegível) — Secretário de Segurança Pública

Olmar Gavazzoni — Prefeito Municipal de Matelândia

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRES. CASTELO BRANCO — Estado do Paraná

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 25 dias do mês de agosto do ano de mil e novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes os Senhores General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Anorval Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Presidente Castelo Branco, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de vinte e um de julho de mil e novecentos e setenta e dois, resolveram, mediante as cláusulas do presente Termo de Convênio estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Definições e legislações

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 66), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, substanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
 - b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
 - c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.
- A Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:
- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, de seus órgãos; ou
 - b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;
 - II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
 - III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;
 - IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicações, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
 - V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
 - VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA

De Contribuição e Delegação

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, respon-

sável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA
Prazo e Denúncia

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA
Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA
Celeridade de Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do Município ou à Justiça Pública. E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 25 de agosto de 1972.

Mário Carneiro Fortes
Secretário de Segurança Pública
Omar Gavazzoni
Prefeito Municipal de Presidente Castelo Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Paracity, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Fortes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Antonio Tortato, Prefeito Municipal de Paracity, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21 de julho de mil novecentos e setenta e dois, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA
Objetivo do Convênio

— Fixar em recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e do verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA
Definições e Legislações

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA
Da Execução do Convênio

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Paracity, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA
Da Contribuição e Delegação

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária c, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA
Prazo e Denúncia

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA
Vigência

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA
Celeridade do Apoio

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou ao seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 25 de agosto de 1972.

Mário Carneiro Fortes
Secretário de Segurança Pública
Antonio Tortato
Prefeito Municipal de Paracity

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Ivaipora, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos cinco dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Fortes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Manoel Fernandes Silva, Prefeito Municipal de Ivaipora, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-7-1972, resolveram mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA
Objetivo do Convênio

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e do verbas de custeio, do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA
Definições e Legislações

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA
Da Execução do Convênio

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera de administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Ivaipora, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

- I) — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;
- II) — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III) — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- IV) — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- V) — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
- VI) — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA Da Contribuição e Delegação

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA Prazo e Denúncia

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA Vigência

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA Celeridade do Apoio

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo, com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 5 de setembro de 1972.
Mario Carneiro Portes
Secretário de Segurança Pública
Manoel Fernandes Silva
Prefeito Municipal de Ivaiporã

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTI

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Jaboti, com a finalidade de traçar normas de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário da Segurança Pública, presentes o Senhor General Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Donald Loyola Ribeiro, Prefeito Municipal de Jaboti, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-7-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA Objetivo do Convênio

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA Definições e Legislações

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA Da Execução do Convênio

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médica Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Jaboti, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
- b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza, conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA Da Contribuição e Delegação

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA Prazo e Denúncia

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA Vigência

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA Celeridade do Apoio

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 30 de agosto de 1972

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública
Donald Loyola Ribeiro — Prefeito Municipal de Jaboti

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO PARAISO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Bela Vista do Paraíso, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 15 dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança, presente o Senhor General Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Gumercindo Ribeiro de Souza, Prefeito Municipal de Bela Vista do Paraíso, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64, de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-07-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA Objetivo do Convênio

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA Definições e Legislações

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1952 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA Da Execução do Convênio

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstancia-

dos em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação.

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Bela Vista do Paraíso, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis a atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — consertos e preservação do material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA Da Contribuição e Delegação

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de Setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA Prazo e Denúncia

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 15 de agosto de 1972

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Gumercindo Ribeiro de Souza — Prefeito Municipal de Bela Vista do Paraíso

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPIRA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Japira, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e manutenção e conservação dos mesmos.

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário da Segurança Pública, presentes o Senhor Cel. Persio Ferreira, Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Cesar Augusto Luigi de Oliveira, Prefeito Municipal de Japira, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-07-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA Objetivo do Convênio

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA Definições e Legislações

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1952 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA Da Execução do Convênio

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação.

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Japira, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis a atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — consertos e preservação do material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA Da Contribuição e Delegação

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de Setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA Prazo e Denúncia

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 18 de setembro de 1972

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública

Cesar Augusto Luigi de Oliveira — Prefeito Municipal de Japira

MENSAGEM 62/72

Curitiba, 10 de novembro de 1972.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Acordo n.º 07/72, celebrado em 6 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — objetivando a realização do Diagnóstico Institucional dos Órgãos de Saúde do Estado, de acordo com o Plano de Aplicação e especificações constantes do processo protocolado na SUDESUL sob n.º 3447/72.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

ACORDO N.º 07/72

Termo de Acordo celebrado entre a SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL — SUDESUL — e o Governo do Estado do Paraná.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — autarquia federal criada pelo Decreto-lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 20 da Lei n.º 5365, de 1.º de dezembro de 1967, pelo Decreto-lei n.º 576, de 08 de maio de 1969, e pelo Decreto n.º 840, de 08 de setembro de 1969, neste ato representada por seu Superintendente, o engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro, ao final assinado, na forma do artigo 15 do citado Decreto-lei n.º 301, doravante designada simplesmente "SUDESUL", e o Governo do Es.

tado do Paraná, neste ato representado por sua Excelência Senhor Secretário de Estado dos Negócios do Governo do Paraná, Doutor Ivo Simas Moreira, também ao final assinado, doravante designada simplesmente "GOVERNO", têm justo, certo e combinado a celebração do presente Acordo, o que fazem sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA — O presente ACORDO objetiva a realização do Diagnóstico Institucional dos Órgãos de Saúde do Estado do Paraná, de acordo com o Plano de Aplicação e especificações constantes do processo protocolado na SUDESUL sob o número 3447/72, os quais fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

Parágrafo Único — Os itens do Plano de Aplicação e as especificações do Projeto poderão ser modificados, mediante solicitação fundamentada por parte do "GOVERNO", desde que não resulte alterada a classificação Orçamentária e haja aprovação pela "SUDESUL".

CLÁUSULA SEGUNDA — A "SUDESUL" contribuirá para a execução do acordado neste ato com a importância de Cr\$ 110.000,00 (cento e dez mil cruzeiros), empenhada sob os números 724 e 725 em 23 de agosto de 1972, cuja despesa correrá por conta do Orçamento-Programa de 1972, classificada como segue: PROGRAMA: Administração; SUB-PROGRAMA: Planejamento e Organização; PROJETO: 01.08.1.029 — Estudos básicos de Planejamento regional, espacial e setorial; PROJETO ESPECÍFICO: Diagnóstico Institucional dos Órgãos de Saúde do Estado do Paraná; CÓDIGO: 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros: Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), 4.1.2.0 — Serviços em regime de programação especial: Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); TOTAL: Cr\$ 110.000,00 (cento e dez mil cruzeiros).

Parágrafo Primeiro — O pagamento referente à contribuição da "SUDESUL", mencionado nesta cláusula, será feito de uma só vez, após a assinatura do presente ACORDO.

Parágrafo Segundo — Toda e qualquer despesa que exceder à contribuição da "SUDESUL", na execução do acordado neste ato, correrá por conta do "GOVERNO".

Parágrafo Terceiro — A importância recebida pelo "GOVERNO" será, obrigatoriamente, depositada no Banco do Brasil S.A., em conta vinculada.

Parágrafo Quarto — Após a assinatura do presente ACORDO, para o "GOVERNO" habilitar-se ao recebimento da contribuição a que se refere esta cláusula, compromete-se a pagar à "SUDESUL" o seguinte:

- Cr\$ 1.100,00 (um mil e cem cruzeiros), para o custeio das despesas de fiscalização a ser feita pela "SUDESUL";
- O custo da publicação do presente instrumento no Diário Oficial do Rio Grande do Sul.

Parágrafo Quinto — A prestação de contas do "GOVERNO" será feita dentro do prazo de 3 (três) meses contados do término do prazo estabelecido na cláusula seguinte, com os documentos originais correspondentes e organizados em forma contábil, observadas as exigências do Código de Contabilidade Pública, acompanhada de demonstrativos, balancetes e outras peças próprias, tudo de acordo com os modelos e instruções apresentadas pela "SUDESUL".

Parágrafo Sexto — Os saldos dos recursos mencionados nesta cláusula porventura inaplicados, reverterão aos cofres da "SUDESUL", por ocasião da Prestação de Contas.

CLÁUSULA TERCEIRA — O "GOVERNO" se compromete a concluir o empreendimento objeto deste ACORDO, num período de 18 (dezoito) meses, contados da data do pagamento a que se refere o parágrafo primeiro da Cláusula anterior.

Parágrafo Único — O prazo mencionado nesta Cláusula poderá ser prorrogado, no caso de surgirem motivos de força maior, devidamente comprovados, por solicitação do "GOVERNO" e com o consentimento da "SUDESUL".

CLÁUSULA QUARTA — O "GOVERNO" se compromete a imprimir em todas as publicações e materiais, relacionados com os serviços acordados neste ato, os seguintes dizeres: "MINISTÉRIO DO INTERIOR — CONVÊNIO COM A SUDESUL".

CLÁUSULA QUINTA — Caberá à "SUDESUL" participar no planejamento e na execução do diagnóstico, objeto deste ACORDO, e o direito de fiscalizar a qualquer tempo o andamento dos serviços do mesmo, independentemente da prestação de contas que o "GOVERNO" está obrigando a apresentar, conforme o estabelecido no parágrafo quinto da cláusula segunda.

Parágrafo Único — Caberá ao Departamento de Recursos Humanos, através da sua Divisão de Saúde, a emissão do Laudo Técnico exigido pelo disposto no artigo 29 do Decreto-lei n.º 301 de 28 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA SEXTA — O "GOVERNO" apresentará relatório dos resultados do ACORDO, dentro do prazo estipulado para prestação de contas, e independentemente desta.

CLÁUSULA SÉTIMA — O "GOVERNO", por seu titular ou por sua delegação, atestará a prestação de serviços do pessoal, técnico ou não, aplicado na execução do presente ACORDO.

CLÁUSULA OITAVA — Na aquisição de equipamento ou na execução de serviços, deverá o "GOVERNO" observar as disposições do Decreto-lei n.º 290 de 25 de fevereiro de 1967, artigo 125 "usque" 144.

CLÁUSULA NONA — O período de vigência deste instrumento será de 30 (trinta) meses, contados da data do pagamento a que se refere o parágrafo primeiro da Cláusula Segunda.

CLÁUSULA DÉCIMA — A falta de cumprimento de qualquer das condições aqui estabelecidas importará na imediata rescisão do presente ACORDO. Se o inadimplemento for imputável ao "GOVERNO", este ficará obrigado a restituir a importância recebida, diretamente aos cofres da "SUDESUL", dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for constatada a infração, independentemente de interposição judicial ou extra-judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — As partes de comum acordo elegem o Foro da Capital do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir qualquer questão fundada no presente Acordo.

E, por estarem acordes, mandaram que eu, Enio Gonçalves, Chefe da Seção de Convênios, lavrasse o presente instrumento em 9 (nove) vias de igual teor e forma, datilografado em 5 (cinco) laudas por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica (sinal público), que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes acordantes, na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Porto Alegre 06 de outubro de 1972.

"SUDESUL", Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro, Superintendente, "GOVERNO", Doutor Ivo Simas Moreira, Secretário de Estado dos Negócios do Governo do Paraná.

Testemunhas:

(Assinatura legível)

(Assinatura ilegível)

(Firmas reconhecidas no original).

MENSAGEM

63-72

Curitiba 10 de novembro de 1972

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a alienar ao Município de Pirai do Sul, mediante prévia avaliação, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído por um terreno com área de 92.716,00 m² (noventa e dois mil, setecentos e dezesseis metros quadrados), sem benfeitorias, situado na altura do Km 156 da estrada do Cerne, lugar denominado Estrada Velha ou Colônia do Pirai, no referido Município.

O Imóvel cuja autorização para alienação ora se propõe a essa Augusta Assembléia Legislativa foi havido pelo Estado do Paraná conforme transcrição sob n.º 1089, de 19 de abril de 1950, do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Pirai do Sul e segundo informações prestadas pelos órgãos competentes, a Administração, muito embora a aquisição tenha ocorrido há mais de vinte anos, não utilizou nem pretende utilizar tal imóvel, razão pela qual a bem formalizada, instruída e justificada solicitação formulada pelo Município de Pirai do Sul mereceu acolhimento na área do Poder Executivo.

Vale ressaltar, ainda, que conforme prevê o anexo anteprojeto de lei a alienação objetivada será precedida da necessária avaliação, bem como do preenchimento das demais formalidades legais aplicáveis.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante prévia avaliação, alienar ao Município de Pirai do Sul, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído por um terreno com área de 92.716,00 m² (noventa e dois mil, setecentos e dezesseis metros quadrados), sem benfeitorias, situado na altura do Km 156 da Estrada do Cerne, no lugar denominado Estrada Velha ou Colônia do Pirai, adquirido conforme transcrição n.º 1089 às fls. 70, do Livro "3-A" do Registro de Imóveis da Comarca de Pirai do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EMENDA

EMENDA MODIFICATIVA N.º 1

O Artigo 9.º, do Projeto de Lei n.º 202-72, passa a ter a seguinte redação: "Artigo 9.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, para atender despesas com a constituição do Fundo Especial do Reequipamento Médico-Sanitário — FUNRESAN —, de acordo com a seguinte especificação:

Órgão Principal: Secretaria de Estado de Saúde Pública do Paraná.

Unidade Executora: Gabinete do Secretário:

Dotação: 7 — 0.51 — 01 — 1

4.0.0.0: Despesas de Capital

4.2.0.0: Inversões Financeiras

4.2.4.0: Constituição de fundos rotativos Cr\$ 20.000,00

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1972.

a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

A importância inicial prevista para a constituição do FUNRESAN — Cr\$ 100.000,00 —, parece-nos por demais exígua, porquanto o novo órgão terá vital importância na execução da política da saúde pública do Governo do Estado e por isso, não lhe devemos negar recursos para sua adequada instalação. Louvando aqui a sobriedade do Governo do Estado ao prever apenas a quantia mínima necessária para a constituição do FUNRESAN, conforme redação original do Projeto de Lei em análise, queremos, todavia, salientar, que entendemos ser necessário maior volume de recursos para aquele fim, daí porque tomamos a iniciativa de apresentação da presente emenda, que esperamos aprovada pelo ilustrado Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa.

EMENDA

EMENDA MODIFICATIVA N.º 2

O sub-Item 3.1., da Tabela integrante da Lei n.º 5511, de 10-2-67, anexo ao Projeto de Lei n.º 202-72, passa a ter a seguinte incidência percentual sobre o máximo salário mínimo do Estado:

INCIDÊNCIA

3 — Aprovação de Plantas para Construção de Estabelecimentos Médico-Hospitalar:

3.1 — consultório e pronto socorro ISENTO

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1972.

a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

Na tabela anexa ao Projeto de Lei em discussão e integrante da Lei 5511, de 10 de fevereiro de 1967, ocorre a previsão de uma incidência da ordem de 10% (dez por cento) sobre o máximo salário mínimo do Estado, para pagamento da taxa de aprovação de Plantas para construção de estabelecimento médico-hospitalar, na categoria de consultório e pronto socorro. Entendemos que não há justificativa para o poder público gravar ainda mais esses tipos de unidades de saúde porquanto, por suas próprias características, o consultório e o pronto socorro geralmente atuam com baixos índices de renda e seus titulares quase sempre são profissionais que se iniciam na vida prática, não tendo por isso clientela formada nem capital acumulado que lhes permita dispor excessivamente na organização de seus locais de trabalho. Os nobres Deputados certamente também assim o entenderão e darão ao presente seu indispensável e honroso apoio.

E M E N D A

EMENDA MODIFICATIVA N. 3

O sub-ítem 1.2., da Tabela integrante da Lei n. 5511 de 10-2-67, anexa ao Projeto de Lei n. 202-72, passa a ter a seguinte incidência porcentual sobre o máximo mínimo do Estado:

INCIDÊNCIA
%

1 — HABITE-SE PARA RESIDÊNCIAS:

1.2 — residências de alvenaria com menos de 65m² de área construída ISENTO
Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1972.
a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

A previsão original era de que sobre as residências de alvenaria com menos de 65 metros quadrados de área construída incidisse uma parcela de 5% (cinco por cento) sobre o maior salário mínimo do Estado, com cobrança de taxa para concessão de "HABITE-SE", pela Secretaria da Saúde Pública.

Ocorre que moradias com área de construção menor do que aquela prevista pertencem, quase exclusivamente, às faixas mais vulneráveis economicamente da população e a importância da vitória, que para o Estado quase não soma significante, para cada uma daquelas famílias representa às vezes um sacrifício acentuado com prejuízos inclusive dos meios de subsistência.

Assim, contendo oportuna a presente emenda e para a mesma encargo o apoio honroso e indispensável dos nobres Deputados.

E M E N D A

EMENDA MODIFICATIVA N. 4

A letra "A", do Parágrafo Único, do Artigo 2.º do Projeto de Lei n. 202-72, passa a ter a seguinte redação:

"A" — auxílios, subvenções ou dotações municipais, federais ou privados. e de entidades ou órgãos internacionais, específicos ou oriundos de convênios ou ajustes firmados pela Secretaria de Saúde Pública.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1972.

a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

Na enumeração dos fatores integrantes de recursos do FUNRESAN, por certamente lamentável omissão, não está prevista a possibilidade de recebimento pelo órgão de financiamentos ou empréstimos de origem internacional, através de entidades como o Fundo Internacional de Saúde — FISI —, dos muitos em que o Brasil é associado. Assim, achamos que ampliará em muito a capacidade financeira do Fundo Especial de Reequipamento Médico-Sanitário se lhe for dado o ensejo de receber auxílio e firmar convênios com órgãos e entidades internacionais de saúde, razão pela qual entendemos oportuna a presente emenda que submetemos à apreciação do ilustrado Plenário desta Assembléia Legislativa, encarecendo sua aprovação.

E M E N D A

EMENDA ADITIVA N. 5

Acrescente-se ao Art. 2.º, do Projeto de Lei n. 202-72, o seguinte:

§ 1.º — A aplicação dos recursos de que trata este artigo será efetuada, sempre que se referir a aquisição de material permanente mediante concorrência pública, obedecida estritamente a legislação específica em vigor.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1972.

a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

Conforme se vê no corpo de Projeto de Lei ora em análise está prevista estrutura autônoma, no setor contábil, para Fundo Especial de Reequipamento Médico-Sanitário, cujas contas deverão ser prestadas diretamente ao egrégio Tribunal de Contas do Estado, independentemente de vinculação ou tra com a administração da Secretaria de Saúde Pública. Assim e tendo-se em vista o volume financeiro do FUNRESAN, não será demais, desde logo, que se previna eventualidades que certamente não ocorrerão, mas que nunca serão demasiado cuidado impedir-se sua concretização. Daí porque e levando-se também em conta ser omissa o Projeto de Lei em sua redação original quanto ao método de aquisição de material permanente este principalmente por representar inversões de elevada monta —, e outros, entendemos perfeitamente oportuna a presente EMENDA, que esperamos aprovada pelo ilustrado Plenário desta Assembléia Legislativa, após pronunciamento das ditas Comissões Técnicas respectivas.

E M E N D A

EMENDA SUPRESSIVA N. 6

SUPRIMA-SE INTEGRALMENTE o Artigo 11, do Projeto de Lei n. 202-72.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1972.

a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

O Artigo 11, do Projeto de Lei em análise diz que "quando devidas e não pagas as taxas de que trata a Tabela anexa a esta Lei, serão cobradas multas iniciais correspondentes ao dobro do referido valor".

Entendemos, "permissão vênica", estar o referido dispositivo um tanto deslocado no corpo do projeto de lei e, além do mais, fazendo reincidir legislação em área já ocupada por diploma legal — Lei n.º 5.511, de 10 de fevereiro de 1.967, o que, inclusive, lhe confere um certo caráter de inconstitucionalidade.

Além do mais, em artigo adiante no Projeto de Lei sob apreciação, vê-se que o Governo do Estado regulamentará o mesmo dentro de certo prazo e, por isso, naquela regulamentação ficará mais a vontade o disposto no Artigo 11 cuja supressão total estamos propondo, inclusive com possibilidades de melhores especificações quanto à mecânica da aplicação das sanções financeiras eis que, como redigido originariamente, o órgão executor não terá como concretizar, na prática, sua atribuição punitiva.

Os nobres Deputados certamente também assim o entenderão e darão à presente emenda seu honroso e indispensável apoio.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei ns. 143-72, 146-72, 187-72 e 195-72.

— De autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Lei ns. 102-72, 106-72, 110-72, 129-72, 138-72, 139-72, 145-72, 154-72, 157-72, 160-72 e 199-72.

— De autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Lei n.ºs 249-71, 283-71, 11-72, 79-72, 101-72, 174-72 e 203-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

Pelo presente o Deputado abaixo assinado, requer, após ouvido o Plenário, um voto de aplausos, pela nomeação do Senhor Coronel Waldemar Osvaldo Bianco, para exercer o cargo de Representante do DENTEL no Estado do Paraná, primeiro passo para a futura instalação da Delegacia Regional do DENTEL em nosso Estado.

O Coronel Waldemar Osvaldo Bianco, é pessoa altamente credenciada, estimada, motivo porque a sua recente nomeação traz satisfação a todos.

Após ouvido o Plenário e aprovado o voto ora proposto pede-se seja dado conhecimento do fato a S.S.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1.972.

a) Antônio Lopes Júnior

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra-assinado, com assento nesta Casa, na forma regimental (art. 134, § 4.º, VII), pede que, ouvida a Augusta Assembléia, em seu nome, seja dirigido apelo ao Senhor Governador do Estado e o Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., no sentido de que esta prestigiosa instituição de crédito mantenha sua agência em Munhoz de Mello, neste Estado.

O apelo fundamenta-se inicialmente, no fato de que o Banco do Estado é o único estabelecimento bancário sediado naquele Município e na própria Comarca de Astorga. Por outro lado, trata-se de um Município — Munhoz de Mello — de vida econômica atuante, com safras abundantes de café e cereais, podendo se afirmar que a futura administração municipal, através de seu prefeito recém-eleito norteará todos os seus esforços no sentido de corrigir os erros anteriores, trazendo para dentro do Banco do Estado o prestígio necessário à manutenção e crescimento daquela Agência.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1.972.

a) Muggiati Filho

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa, requer:

1.º — seja encaminhado expediente ao Senhor Doutor João Dornizio Puppi, DD. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem — Estado do Paraná —, solicitando determinação, em caráter de urgência, de efetivação de reparos na pista de rolamento da estrada que liga as cidades de Arapoti e Sengés, em toda sua extensão.

2.º — seja, do expediente supra, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Senhor Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1.972.

a) João Fadel

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Líder da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, tendo em vista o desencontro de opiniões acerca da data em que esta Casa deverá reunir-se para a escolha dos nomes que irão compor a Mesa para o próximo biênio, vem, respeitosamente, requerer a Vossa Excelência:

— que esclareça ao Plenário da Casa, oficial e definitivamente, a data em que será escolhida a nova Mesa.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1972.

a) Sebastião Júnior

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa estará em recesso e a maioria dos Senhores Deputados ausentes desta Capital. O conhecimento exato e antecipado da data para a eleição da nova Mesa permitirá a todos planejarem suas atividades no recesso, adaptando-as à sucessão da Mesa, fato que, notoriamente, é do interesse geral dos Senhores Parlamentares.

PROJETO:

Projeto de Lei n. 210-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Sociedade Civil Bem Estar no Brasil — BEMFAM", com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara — Brasil.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em...

a) Cândido Manuel M. de Oliveira

JUSTIFICATIVA:

A "Sociedade Civil Bem Estar Familiar do Brasil" — BEMFAM, é uma Sociedade Civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, com o objetivo de promover e propugnar pelo Bem Estar da Família, como célula constitutiva da nação, mediante o estudo da fisiologia da reprodução humana e ulterior aplicação no que possa contribuir para o bem estar da família.

Propugna da mesma forma, na realização de pesquisas científicas de caráter médico, psicológico, sociológico, econômico e demográfico e o auxílio a entidades com a finalidade de orientação familiar e a criação de serviços próprios, quando julgado oportuno.

Pelo elevado objetivo que a referida Sociedade se propugna realizar, submetemos o presente Projeto de Lei à consideração dos nobres pares para o necessário apoio.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra de anunciar em Plenário a presença do ilustre Deputado Federal pelo MDB, Sr. Antônio Anibelli.

Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito: Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto que vem causando uma certa expectativa no Paraná, diz respeito ao prédio que o BADEP adquiriu recentemente por 11 milhões de cruzeiros.

Estamos, a exemplo do Deputado Sebastião Rodrigues, aguardando os esclarecimentos que o BADEP certamente prestará a esta Casa, respondendo às informações que a mesma solicitou, oriundas de requerimento do Líder de nossa Bancada.

Mas, Sr. Presidente, com respeito ao mesmo BADEP, gostaríamos de ressaltar que na cidade de Londrina este Banco vem adotando uma morosidade que vem causando um grande descontentamento nos meios industriais daquela cidade, em virtude da demora para a concessão de empréstimos para as indústrias que querem lá se instalar. Também industriais interessados em ampliar suas fábricas encontram, por parte do BADEP, os maiores obstáculos quando buscam o financiamento daquele órgão.

Neste momento gostaríamos de lembrar o caso de uma Fábrica de Tecidos Carambei que está para se transferir de São Paulo para Londrina e deverá investir uma vultosa soma. A Carambei deveria dar mais de mil empregos somente na cidade de Londrina. A Prefeitura de lá já gastou mais de três milhões de cruzeiros em doação de áreas, terraplenagem, doação de uma usina para fornecimento de água e energia elétrica para aquela Fábrica de Tecidos.

A mesma Carambei, por intermédio de seus Diretores está tentando há muito tempo o financiamento do BADEP, mas, para sua decepção e para decepção de mil moradores de Londrina, até agora o BADEP não autorizou o financiamento daquela grande indústria.

O empréstimo solicitado pela Carambei estaria aprovado pelo BADEP. Hoje, se alegar falta de dinheiro, não seria verdade, pois a compra deste grande prédio da Boa Vista de Seguros põe água abaixo qualquer tentativa no sentido de se salvar as aparências com respeito a este processo político que vem adotando o BADEP.

Não sabemos se os Diretores têm alguma coisa contra Londrina, mas a realidade Londrina que está procurando se transformar num grande parque industrial, não vem encontrando o apoio necessário por parte do BADEP. Há necessidade urgente de reformulação da Política de empréstimos do BADEP para que não só Londrina, mas todo o Norte, não sofra por esta política superada do BADEP.

Enquanto o BADEP se recusa a financiar e a dar empréstimo às indústrias de Londrina e de todo o Norte, nossa região verá milhares de pais de família ficarem desempregados porque nossa lavoura vai aos poucos se cansando, a terra vai se desgastando, deixando de produzir e o Norte do Paraná precisa com urgência se transformar num grande parque industrial.

Mas para que isso seja realidade, o BADEP tem que reformular a sua política anterior; Dinheiro ele tem, isto ficou provado, com a compra do edifício.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apreciado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emendas de autoria do Sr. Deputado João Fadel, em número de 6, ao Projeto de Lei n. 202-72, constante do Expediente. Necessitam de apoio. — Apreciadas. — Serão anexadas ao Projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos Srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 28-72, aprova em todos os seus termos, o contrato n. 1-72, firmado entre o Estado do Paraná, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERFHAU, e a Universidade Federal do Paraná, com finalidades que especifica. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 29-72, aprova convenio celebrado entre o Ministério da Justiça — Departamento de Polícia Federal, e o Governo do Estado — Secretaria de Segurança Pública, objetivando delegar ao Estado a execução parcial dos serviços de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteira, conforme lei Federal n. 4.483, de 16.11.64. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n. 254-70, cria uma Escola Comercial, em Cidade Gaúcha. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n. 316-70, dá nova redação à Lei n. 6.156 de 2.10.70. (Enquadramento de Professores no Curso Secundário). — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n. 18-71, dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação no Estado do Paraná. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n. 128-71, cria um Ginásio Estadual em Vila Oliveira, Cidade de Rolândia, para funcionar à partir do próximo ano letivo. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n. 142-71, autoriza o Poder Executivo construir através do D.E.R., uma ponte sobre o Rio Tibagi, ligando Tamarana a Terra Nova, nos Municípios de Londrina e São Jerônimo da Serra. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n. 178-71, autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada com 26 km que liga a Cidade de Dois Vizinhos à Usina Foz do Chopim e dá outras providências. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n. 205-71, autoriza o Poder Exe-

cutivo firmar Convênio através da Secretaria dos Transportes, com a Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, para construção de uma Ponte sobre o Rio Andradá conforme especifica. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n. 58-72, autoriza o Poder Executivo isentar do pagamento da Taxa de Água e Esgotos, os Hospitais de Caridade, Albergues e Entidades Assistenciais e Filantrópicas como especifica. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n. 94-72, declara de Utilidade Pública a Tenda Espírita Yoriel, com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n. 126-72, encaminhando anteprojeto de lei que visa alienar imóvel de propriedade do Estado, constituído pelos lotes n.s 21 e 22, da Planta Santos Andrade, com frente para a rua Conselheiro Laurindo e esquina com a rua Marechal Deodoro, nesta Capital. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 31-72, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomet, que autoriza o Poder Executivo firmar convenio através da Secretaria de Transportes, com a Prefeitura Municipal de Piraquara, para construção de uma ponte em alvenaria sobre o Rio Iraí, naquela comuna. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P. — T.C. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 154-72, de autoria do Dep. Muggiati Filho, declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente denominada Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Arapongas com sede e foro na cidade de Arapongas. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 157-72, de autoria do Dep. Muggiati Filho, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arapongas, com sede e foro na cidade de Arapongas. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 174-72, de autoria do Dep. Jorge Sato, autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Universidade Estadual de Maringá, os bens que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 203-72, de autoria do Dep. Jorge Sato, acresce de mais quatro (4) passando de dezessete (17) para vinte e um (21), o número de Vereadores junto à Câmara Municipal de Maringá. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 34-72, de autoria da Comissão Executiva, eleva para dois salários mínimos regionais da Capital, a gratificação a que se refere o artigo 13.o da Resolução n. 2-64 de 20.2.64. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 53-72 de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria a estrada que liga o Município de Santo Antonio do Sudoeste ao de Ampére, numa extensão de 53 quilômetros. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. EM REGIME DE URGENCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 77-72, de autoria do Dep. Fabiano B. Cortes, que autoriza o Poder Executivo através do D.E.R., firmar convenio com o Município de Cambira, para execução dos serviços de asfaltamento na estrada que liga a sede do referido Município a BR-376 — Rodovia do Café. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 201-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 56-72, encaminhando anteprojeto de lei dispondo sobre abertura de Crédito Especial no valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n. 6.253, de 3.12.71, para despesas com "Contribuições de Previdência Social". Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 202-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 59-72, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar o Fundo Especial de Recuperação Médico Sanitário — FURESAN, e altera a tabela integrante da Lei n. 5.511 de 10.2.67, que dispõe sobre a taxa de saúde. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P. EM REGIME DE URGENCIA. — Vai o Projeto à Comissão de Finanças em virtude da apresentação de 6 Emendas.

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 35-72, ex-Proposição n. 1972-72, aprova Convênio celebrado em 9.8.72, entre o Governo do Estado — Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Florestópolis, objetivando o fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas orçamentárias do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 36-72, ex-Proposição n. 198-72, aprova o Convênio firmado em 12.6.72, entre o Governo do Estado do Paraná e demais Estados Membros da Comissão Interestadual da Bacia Paraná — Uruguai (CIBPU), objetivando extinção da referida Comissão Interestadual. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 54-72, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, autoriza o Poder Executivo doar à Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, o imóvel de propriedade do Estado que especifica, localizado em Plançita, Município de Santo Antônio do Sudoeste. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 54-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, à Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, o imóvel de propriedade do Estado, constante de um lote de terreno, com 800 m2. (oitocentos metros quadrados) de área e respectivo prédio, constituindo parte do imóvel Santo Antonio, localizado no Distrito de Planchita, Município de Santo Antonio do Sudoeste, inscrito no Registro de Imóveis do referido Município sob o n. 995, onde funciona atualmente o Ginásio Rui Barbosa, mantido pela referida entidade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1972.

a) Dep. Candido M. de Oliveira

JUSTIFICATIVA:

O prédio que é objeto da presente autorização legislativa, era anteriormente ocupado pelo destacamento da Polícia Militar, que passou a utilizar-se de novas instalações. Hoje, esse imóvel, é ocupado pela Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, que mantém ali o Ginásio Rui Barbosa.

Portanto, a doação que se pretende efetivar tem inteira oportunidade.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 54-72

AUTOR: Dep. Cândido M. de Oliveira

O nobre Deputado, autor do Projeto de Lei, pretende autorizar a doação, por parte do Poder Executivo, a Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, o imóvel de propriedade do Estado, constante de um lote de terreno, com área de 800 m2, e respectivo prédio, constituindo parte do imóvel Santo Antonio, localizado no Distrito de Planchita, município de Santo Antonio do Sudoeste, onde atualmente vem funcionando o Ginásio Rui Barbosa, que é mantido pela Entidade que será beneficiada, caso seja concretizada a doação.

João Fadel

Se bem que, não seja competência desta Comissão de Constituição e Justiça, a apreciação do mérito e sim do aspecto legal e constitucional, no caso presente, nos permitiríamos considerá-lo, por achar a iniciativa altamente significativa para o melhor desenvolvimento educacional do Estado.

Quanto ao aspecto legal nada existe que se possa antepor, mesmo porque a medida é autorizativa.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Igo Losso

Maurício Fruet

Santos Lima

Ovidio Franzoni

Cândido M. de Oliveira

Comissão de Terras, Imigração e Colonização

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 54-72

1) — O Projeto de autoria do Nobre Deputado Cândido Manoel de Oliveira, recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

2) — Em se considerando os fins a que se destina o imóvel a ser doado, que vem de encontro a uma das mais prementes necessidades do povo brasileiro, que é a Educação, nada há que se possa opor, no âmbito desta Comissão.

Scmos, portanto, pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1972.

aa) Arizone Araujo — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Sebastião R. Júnior

Marciano Baraniuk

Xenofonte Villanueva

Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 54-72

Tratando-se de Projeto apenas autorizatório, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1972.

aa) Antonio Belinati — Presidente

Antonio Lopes Júnior — Relator

Odilon Reinhardt

Jorge Sato

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 95-72, de autoria do Dep. Igo Losso, declara de Utilidade Pública o Instituto Bíblico Batista A. B. DETER, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 95-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Bíblico Batista A.B. Deter, com sede em Curitiba Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1972

a) Deputado Igo Losso

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Bíblico Batista A.B. Deter está devidamente registrado no 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Capital, sob n. 344, no livro "A" de Pessoas Jurídicas.

Suas finalidades são de grande relevância social pois visa ministrar o ensino teológico aos vocacionados ao serviço cristão. Este serviço cristão, é o serviço integral que compreende não somente o sentido religioso, que é o mais importante nos dias difíceis em que estamos vivendo, mas também o ensino da melhor técnica em prestar serviços de assistência social e educacional aos que carecem de ajuda em todos os sentidos.

Sua Diretoria administrativa não percebe qualquer pagamento ou remuneração, trabalhando tão somente no sentido de servir ao próximo.

Finalmente, o Instituto Bíblico Batista A.B. Deter encontra-se já registrado no livro próprio de entidades da Prefeitura Municipal de Curitiba, coníorme prova a fotocópia anexa.

Ao propormos o presente projeto de lei, juntamos a documentação necessária a declaração de utilidade Pública, esperando aprovação unânime desta Casa, pelos méritos da instituição.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 95-72

PARECER

I — O ilustre Deputado Igo Losso, com este plano de Lei, pretende declarar de Utilidade Pública o Instituto Bíblico Batista A.B. Deter, desta Capital.

II — O projeto está na forma regimental e não encontra óbice de natureza legal ou constitucional.

Pela aprovação é o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1972

aa) Armando Queiroz — Presidente

Luiz R. Soares — Relator

Santos Lima

Muggiati Filho

Ovidio Franzoni

Cândido M. de Oliveira e Erondy Silvério.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 143-72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 39-72, encaminhando anteprojeto de lei que eleva, a dois salários mínimos fixados para a Capital do Estado o valor das atuais pensões de que tratam as leis n.s 4.763, de 5.11.63 e 54-63, de 22.11.63 e da outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. COM SUBSTITUTIVO GERAL. — Aprovado.

MENSAGEM N. 39-72

PROJETO DE LEI N.º 143-72

Curitiba, 9 de agosto de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa majorar, para o equivalente a dois salários mínimos, o valor das pensões mensais de que tratam as leis n.s 4.763, de 5 de novembro de 1963 e 54-4 3, de 22 de novembro do mesmo ano e art. 2.º, da Lei n. 5.155, de 16 de junho de 1965.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, consubstanciando o resultado de criteriosos estudos feitos sobre a matéria, visa atualizar, de forma justa e racional, o valor das pensões concedidas com base nas referidas leis, as viúvas de ex-Deputados Estaduais ou de ex-Presidentes, Interventores ou Governadores do Paraná.

A fixação do valor das pensões, sob a forma de vinculação ao salário mínimo, constitui-se fator que merece ser devidamente ressaltado, pois doravante os reajustamentos serão efetivados automaticamente e portanto não mais dependerão de lei estadual específica.

A fim de que a concessão especial feita pelo Estado não perca os seus planos e elevados objetivos, quais sejam, os de assistir e amparar as viúvas realmente necessitadas, o anteprojeto de lei conceitua, para os seus efeitos, a condições de exclusiva dependência a tal pensão, como sendo a da beneficiária que não percebe rendimentos de quaisquer fontes ou que, se os perceber, sejam eles inferiores ao valor correspondente a dois salários mínimos, caso este que fará jus ao recebimento da diferença entre o rendimento auferido e aquele valor.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O valor das atuais pensões de que tratam as leis n.ºs 4.763, de 5 de novembro de 1963 e 54-63, de 22 de novembro do mesmo ano, fica elevado para o equivalente a dois salários mínimos fixados para a Capital do Estado, desde que as respectivas beneficiárias comprovem dependência exclusiva dessas pensões.

Parágrafo único — Considera-se, para os efeitos desta Lei, beneficiária de exclusiva dependência aquela que não perceba rendimentos de quaisquer fontes ou estes sejam inferiores a dois salários mínimos, caso em que somente fará jus à diferença entre o rendimento auferido e o fixado neste artigo.

Art. 3.º — As atuais beneficiárias que não preencham os requisitos do artigo 1.º permanecerão percebendo as pensões já concedidas respeitado o limite fixado pelo art. 2.º da Lei n. 5.155, de 16 de junho de 1965.

Art. 3.º — As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta das verbas próprias consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LEI N. 4.763

Data: 5 de novembro de 1963.

Súmula: Dispõe sobre concessão de pensão mensal à viúva de Deputado Estadual.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É concedida à viúva de Deputado Estadual pensão mensal de valor correspondente a um terço (1/3) da parte fixa dos respectivos subsídios.

Parágrafo único — Não terá direito a este subsídio a viúva do Suplente de Deputado salvo se este tiver assumido, em razão de extinção ou perda de mandato do titular por tempo superior a seis meses consecutivos.

Art. 2.º — São elevadas para o valor fixado nesta Lei, desde que o quantum inferior as pensões já concedidas por Lei a viúvas referidas no Art. 1.º.

Art. 3.º — As pensões mensais concedidas às viúvas de Deputados Esta-

duais ficam mantidas em seus atuais valores desde que de quantum superior ao fixado pela presente Lei.

Art. 3.º — As pensões mensais concedidas às viúvas de Deputados Estaduais ficam mantidas em seus atuais valores desde que de quantum superior ao fixado pela presente Lei.

Art. 4.º — Por falecimento da beneficiária, ou mudança de estado civil, reverterá a pensão em favor dos filhos menores do casal, dos incapazes e das solteiras sem rendimento próprio, enquanto permanecerem neste estado.

Art. 5.º — A despesa com a execução da presente Lei correrá a conta da verba própria da Secretaria da Fazenda.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 5 de novembro de 1963.

(aa) Ney Braga — Alcayr Guimarães

LEI N.º 54-63

Data: 22 de novembro de 1963.

Súmula: — Concede à viúva de ex-Deputado Estadual pensão mensal correspondente a 1/3 (hum terço) da parte fixa dos respectivos subsídios.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 27, § 4.º da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1.º — É concedida à viúva de ex-Deputado Estadual, pensão mensal correspondente a 1/3 (hum terço) da parte fixa dos respectivos subsídios.

Parágrafo Único — Não terá direito a esse benefício, a viúva de suplente de Deputado, salvo se este tiver assumido em razão de extinção ou perda do mandato de titular.

Art. 2.º — O benefício de que trata o art. 1.º desta Lei, é extensivo às viúvas de ex-Presidentes, Interventores ou Governadores do Paraná.

Art. 3.º — São elevadas para o valor fixado nesta Lei, desde que o quantum inferior, às pensões já concedidas por lei às viúvas referidas no art. 1.º.

Art. 4.º — Por falecimento da beneficiária, reverterá a pensão em favor dos filhos menores do casal, dos incapazes e das filhas solteiras sem rendimento próprio, enquanto permanecerem neste Estado.

Art. 5.º — A despesa com a execução da presente Lei, correrá à conta da Verba própria da Secretaria da Fazenda, destinada a pensionistas do Estado.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1963.

a) Agostinho Rodrigues — Presidente

LEI N.º 5.155

Data: — 16 de junho de 1965.

Súmula: — Concede pensão de Cr\$ 5.000 a Maria Rocha do Vale Ribeiro, e de Cr\$ 10.000 a cada um dos trigêmeos Mario, Marli e Maria Sabatine, bem como da nova redação ao § 1.º do art. 5.º, da Lei n.º 4.946, de 31-10-64 e abre crédito especial de Cr\$ 200.000 à S.T.A.S., destinado à concessão de auxílio.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º — Fica concedida uma pensão mensal de Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros), a Maria Rocha do Vale Ribeiro, viúva de Manoel do Vale Ribeiro, — ex-funcionário do Departamento de Estradas de Rodagem.

Art. 2.º — O parágrafo 1.º, do artigo 5.º, da Lei n.º 4.946, de 31 de outubro de 1964, passa a ter a seguinte redação.

§ 1.º — Nenhuma pensão mensal poderá ser inferior a Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros), nem superior a Cr\$ 178.000 (cento e setenta e oito mil cruzeiros), mensais.

Art. 3.º —

Art. 4.º —

Art. 5.º —

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 16 de junho de 1965.

(aa) Ney Braga

Alcayr Guimarães

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 143-72

AUTOR: — Poder Executivo

SÚMULA: — Mensagem n.º 39-72, encaminhando anteprojeto de Lei que eleva, a dois salários mínimos fixados para a Capital do Estado, o valor das atuais pensões que tratam as Leis n.ºs 4.763 de 5-11-63, e 54-63, de 22-11-63, e dá outras providências.

PARECER

O presente plano de Lei oriundo de Mensagem Governamental, não fere dispositivo constitucional, assim sendo somos pela sua aprovação, com o Substitutivo Geral anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1972.

(aa.) Armando Queiroz — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Muggiati Filho

Ovídio Franzoni

Igo Losso

Maurício Fruet

Cândido M. de Oliveira

SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1.º — O valor das atuais pensões de que tratam as leis n.ºs 4.763, de 5 de novembro de 1962, e 54-63, de 22 de novembro do mesmo ano, fica elevado para o equivalente a quatro salários mínimos fixados para a Capital do Estado.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das verbas próprias consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1972.

(aa.) Maurício Fruet — Presidente em exercício

Erondy Silvério — Relator

JUSTIFICATIVA:

O presente substitutivo geral, apresentado após anuência do Excelentíssimo Senhor Líder da Bancada da Arena e do Governo da Casa, altera anteprojeto encaminhado à Casa pelo Poder Executivo, visando atualizar as pensões pagas às viúvas dos Deputados Estaduais do Paraná.

O texto submetido à Casa pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, além de prever tais pensões em importância incompatível com a realidade, isto é, em dois salários mínimos, presume que, para a percepção das pensões, deverão as beneficiárias provar um estado de quase miserabilidade, colocando-as sem justificativa numa posição de pedintes.

É de se ressaltar que os cargos de Presidente da República e Governador de Estado são aquinhoados constitucionalmente com benefícios posto-mandato. Daí porque não poder existir reparo a qualquer lei idêntica em favor de Deputados que, tanto quanto aqueles, prestam serviços de utilidade e relevância públicas. Tanto para o caso do Presidente quanto dos Governadores não há pressupostos de necessidade para a percepção post-mandato de rendimentos. Não se justifica, destarte, inovar quando se trata de amparar as viúvas de parlamentares, muitos dos quais, ao longo da vida pública, abandonaram as suas profissões privadas.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 143-72

1) — A presente proposição é oriunda da Mensagem Governamental n.º 39-72, que tem por objetivo majorar para dois salários mínimos, o valor das pensões mensais de que tratam as Leis n.ºs 4.763, de 5-11-63, 53-63, de 22-11-63 e art. 2.º, da Lei n.º 5.155, de 16-6-65.

2) — Apreciando a matéria a douta Comissão de Constituição e Justiça houve por bem exarar parecer favorável, apresentando Substitutivo Geral, no intuito de elevar o valor para quatro salários mínimos, e suprimir o parágrafo do art. 1.º, e todo o art. 2.º.

3) — No que tange ao aspecto financeiro contido na proposição nada temos a opor, pelo que opinamos pela sua aprovação, nos termos do Substitutivo Geral da C.C.J..

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1972.

(aa.) Fuad Nacli — Presidente

Antonio Belinati — Relator

Odilon Reinhardt

Antonio L. Júnior

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 146-72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 40-72, encaminhando anteprojeto de lei, que visa majorar para dois salários mínimos da Capital, a pensão mensal de Hilda Miranda de Moraes Sarmento, viúva do Coronel Joaquim Antonio de Moraes Sarmento, Patrono da Polícia Militar do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

MENSAGEM 40-72

Curitiba, 18 de agosto de 1972

PROJETO DE LEI N.º 146-72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva majorar, para o equivalente a dois salários mínimos, o valor da pensão especial concedida a Hilda Miranda de Moraes Sarmento, viúva do Coronel Joaquim Antonio de Moraes Sarmento, Patrono da Polícia Militar do Estado do Paraná.

O Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa tem sua procedência justificada no fato de que, como imperativo indiscutivelmente justo e humano, virá ensejar melhores condições de vida a Dona Hilda Miranda de Moraes Sarmento, viúva do Coronel Sarmento, o Grande Herói da Polícia Militar do Estado, que pela sua bravura e coragem tão sobejamente demonstradas em históricos episódios, foi declarado através do Decreto, o Patrono da Corporação.

A necessidade de reajustamento do valor da pensão em questão, foi constatada em requerimento formulado pela interessada, no qual ficou evidenciado e comprovado o fato de que a respectiva beneficiária — pessoa de idade avançada e desprovida de boa saúde — não possui qualquer outro rendimento, o qual veio ensejar pronunciamentos favoráveis dos órgãos competentes da Administração.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) **Pedre Viriato Parigot de Souza** — Governador do Estado.

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado **WILSON FIGUEIREDO FORTES**

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/Capital

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O valor da pensão concedida a Hilda Miranda de Moraes Sarmento, viúva do Cel. Joaquim Antonio de Moraes Sarmento, Patrono da Polícia Militar do Estado do Paraná, fica elevado para o equivalente a dois salários mínimos fixados para a Capital do Estado.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 146-72

PARECER

O presente Projeto de Lei, oriundo de Mensagem Governamental, visa majorar para dois salários mínimos da Capital, pensão mensal concedida a Hilda Miranda de Moraes Sarmento.

A proposição não fere dispositivo constitucional ou legal, estando, portanto, em condições de ser aprovado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1972

(aa.) **Armando Queiroz** — Presidente

Luiz R. Soares — Relator

Muggiati Filho

Santos Lima

Ovídio Franzoni

Erondy Silvério

Cândido M. de Oliveira

Igo Losso

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 146-72

AUTOR: — Poder Executivo.

SÚMULA: — Majora o valor da pensão especial concedida à viúva do Coronel Joaquim Antonio de Moraes Sarmento, Patrono da Polícia Militar do Estado do Paraná.

PARECER

1.) — O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

2.) — Não lhe tendo sido oposto qualquer óbice de natureza legal, nada que se lhe possa antepor no âmbito desta Comissão.

3.) Na forma do exposto, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1972.

(aa.) Fuad Nacli — Presidente

Jorge Sato, João Fadel e Odilon Reinhardt

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 175-72, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, assegura o Direito de lecionar o mesmo numero de aulas extraordinárias no próximo ano letivo, aos professores que no presente ano ministraram aulas com base no artigo 2.º do Decreto n. 15.861 de 5.7.69 e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 175-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Aos professores que no corrente ano ministraram aulas com base no artigo 2.º do Decreto n. 15.861, de 05 de julho de 1969, fica assegurado o direito de lecionar, no mínimo, o mesmo número de aulas extraordinárias no próximo ano.

Art. 2.º — Aos professores de Ensino Superior que ministram aulas extraordinárias, contem, a qualquer título, três (3) anos ou mais de serviço e possuam habilitação, fica assegurado o direito de efetivação no nível inicial de carreira, caso, dentro de um (1) ano a partir da data da promulgação desta lei, não se realize Concurso Público para preenchimento de vaga.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1972.

a) Dep. Cândido Manuel Martins de Oliveira

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 175-72

O nobre Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, propõe no Projeto em exame duas medidas que envolvem matéria de interesse do ensino.

A primeira delas assegura aos titulares de aulas extraordinárias o mesmo número de aulas dessa natureza, para o próximo ano letivo.

A segunda visa conferir estabilidade ao professor que ministra aulas extraordinárias, e que possuía contados mais de três anos de serviço, desde que dentro de um ano, a contar da publicação da Lei, não se realize o competente concurso.

Ambas as providências se justificam por si mesmas, de sorte que o meu parecer lhes é favorável.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972

aa) Armando Queiroz — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Emílio Carazzai

Santos Lima

Cândido M. de Oliveira

Luiz Roberto Soares

Comissão de Finanças

PARECER

1) — Com o presente plano de lei pretende o nobre Deputado Cândido M. de Oliveira assegurar aos titulares de aulas extraordinárias o mesmo número dessas aulas para o próximo ano letivo, e, ainda, conferir estabilidade, ou melhor, efetivação, aos professores do Ensino Superior que ministram aulas extraordinárias nas condições que especifica.

2) — A douta Comissão de Constituição e Justiça exarou parecer favorável às medidas propostas.

3) — Quanto ao aspecto financeiro, nada temos a opor, pelo que opinamos pela aprovação da proposição.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

Antonio Belinati — Relator

Odilon Reinhardt

Comissão de Instrução Pública

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 175-72

I — O presente Projeto de Lei, já obteve pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Instrução Pública, nada vemos que possa obstaculizar o pretendido.

III — Isto posto, somos favoráveis.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em

aa) Antonio L. Junior — Presidente e Relator

Cândido M. de Oliveira

Gabriel Manoel.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 177-72, de autoria do Dep. João Mansur, autoriza o Poder Executivo a conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Coronel Emygdio de Paula, Comandante do 1.º Batalhão de Fronteira do Exército em Foz do Iguaçu. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 177-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o Título de

Cidadão Honorário do Paraná, ao Coronel Emygdio de Paula, Comandante do 1.º Batalhão de Fronteira do Exército de Foz do Iguaçu, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1972.

a) Deputado João Mansur

JUSTIFICATIVA:

A razão da concessão do Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Coronel Emygdio de Paula, é justificado, não somente pelos méritos pessoais e profissionais, como também pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado marcando seu magnífico trabalho, frente ao Comando do 1.º Batalhão de Fronteira do Exército de Foz do Iguaçu, neste Estado, desde o ano de 1970.

Portador de vários cursos em Escolas do Exército, tomou parte em elevadas Comissões nas esferas militares, participou ativamente do Movimento Revolucionário de 1964, cumprindo sua missão, com marcante atuação e destaque.

O coronel Emygdio de Paula, filho do Senhor José de Paula e Dona Angelina Gagliardi, nasceu aos 17 dias do mês de abril de 1925, na cidade de São Carlos — Estado de São Paulo — conforme "curriculum vitae" de sua Excelência.

Cel. Emygdio de Paula

Natural de São Carlos — Estado de São Paulo.

Nascido a 17 de abril de 1925.

Filho de José de Paula e Angelina Gagliardi.

CURSOS

Escola Primária — Escola Paroquial

1932-1937 — Escola Dante Alighieri

Ginásio: — Colégio e Escola Normal Dr. Alvaro Guião 1938-1942

CURSOS NA EXERCITO

CURSOS NO EXERCITO

Academia Militar de Agulhas Negras — 1944-1946

Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais — 1956.

Escola de Comando e Estado Maior do Exército — 1960-1962

PROMOÇÕES

Aspirante a 28 de Dezembro de 1946.

2.º Tenente a 25 de junho de 1947.

1.º Tenente a 25 de junho de 1949.

Capitão a 25 de abril de 1952

Major a 25 de agosto de 1958, por antiguidade

Tenente Coronel a 25 de agosto de 1965, por merecimento

Coronel a 25 de abril de 1970, por merecimento.

CURSOS CIVIS

Centro Universitário de Brasília — Técnico de Administração (1966-1970)

TÍTULOS

Técnico de Administração, Registro no Conselho n. 231 em 11 de outubro de 1971.

Profissional de Relações Públicas com Registro no Ministério do Trabalho e Previdência Social.

COMISSÕES NO EXERCITO

Oficial Subalterno e Comandante de Companhia no 38.º Batalhão de Caçadores, no III/4.º Regimento de Infantaria e no 2.º Batalhão de Caçadores, em Santos, São Vicente e Guarujá nos anos de 1947 e 1955 e 1957.

Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento, nos anos de 1958-1959 Instrutor da Escola de Comando e Estado Maior do Exército nos Anos de 1963-1964.

Oficial do Estado Maior do Comando Militar do Planalto (Brasília), no ano de 1965-1966.

Comando do 1.º Batalhão de Fronteira em Foz do Iguaçu nos anos de 1970.

FUNÇÕES FORA DO EXERCITO

Interventor na Superintendência da Reforma Agrária no ano de 1964.

Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, e encarregado da transferência da mesma da Guanabara, para o atual Distrito Federal, nos anos de 1966-1967.

Oficial da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, tendo participado da transferência do mesmo para Brasília, nos anos de 1967-1969.

Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal e Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal no ano de 1969.

OUTRAS ATIVIDADES

Participou ativamente do Movimento Revolucionário de 1964 tendo cumprido missão de destaque na Guanabara e no Distrito Federal integrando o EM pessoal do então Gen Brig. Raphael de Souza Aguiar.

Presidente do Conselho Deliberativo da Santa Casa Monsenhor Guilherme desde abril de 1970.

MEDALHAS

Da OMM no Grau de Oficial (Exército)

De Prata — 20 anos de Serviço (Exército)

Do Mérito Santos Dumont (Aeronáutica)

Do Pacificador (Exército)

FAMÍLIA

Casado em 23 de setembro de 1951 com a Sra. Elvira Leomil de Paula

Possue os seguintes filhos:

Eliana Maria 20 anos

Emygdio José 17 anos

Eloisa Helena 15 anos

Elvira Lucia 10 anos

Eduardo Antonio 08 anos

Elisa Amélia 02 anos

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 177-72

AUTOR: Deputado João Mansur

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Coronel Emygdio de Paula, Comandante do 1.º Batalhão de Fronteiras do Exército de Foz do Iguaçu, neste Estado.

PARECER

O presente plano de Lei de autoria do nobre Deputado João Mansur, eminente líder do Governo e Arena nesta Casa de Leis, visa conceder o Título

de Cidadão Honorário do Paraná, ao Coronel Emygdio de Paula, Comandante do 1.º Batalhão de Fronteiras do Exército de Foz do Iguaçu, neste Estado.

Oportuna a iniciativa apresentada, não somente pelos méritos pessoais do homenageado, como também pelos relevantes serviços prestados pelo mesmo ao nosso Estado, através seu magnífico trabalho, frente ao Comando do 1.º Batalhão de Fronteiras do Exército de Foz do Iguaçu, neste Estado.

Pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22-11-72

aa) Armando Queiroz — Presidente

Paulo Camargo — Relator

Erondy Silvério

Muggiati Filho

Santos Lima

Emílio Carazzai

Jorge Sato.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 187-72, de autoria do Poder Executivo — mensagem n. 51-72 — encaminhando anteprojeto de lei que visa abrir crédito especial de Cr\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros), destinados a subscrição pelo Estado do Paraná, de ações no aumento de capital da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM 51-72

Curitiba, 5 de outubro de 1972

PROJETO DE LEI N. 187-72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa abertura de crédito especial de 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros) destinados a subscrição pelo Estado do Paraná, de ações no aumento de Capital da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n. 640-72, de 4 do corrente mês, firmada pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, esclarece, com os necessários detalhes, a significação oportunidade e o alto interesse da Administração na aprovação da medida legal ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa do Estado.

Tendo em vista os elevados interesses públicos e a urgência na execução da medida, eis que, o direito que tem o Estado do Paraná de subscrever ações, ao valor nominal deverá ser exercido em prazo certo, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

N/Capital.

OF. N. 640-72

Curitiba, 4 de outubro de 1972.

Senhor Governador:

Temos a honra de passar às mãos de Vossa Excelência minuta de Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros), tendo em vista o direito que tem o Estado do Paraná na subscrição de 5.385.268 (cinco milhões trezentos e oitenta e cinco mil e duzentas e sessenta e oito) de ações no aumento de Capital da Petróleo Brasileira S.A. PETROBRAS, ao valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada.

Conforma instruções emitidas pela PETROBRAS, a subscrição será efetuada mediante o seguinte esquema:

1. — de 11.09.72 a 09.11.72 — Recebimento de subscrição e Pedidos de Bonificação;

2. — de 02.10.72 a 11.12.72 — Recebimento no valor subscrito e entrega das cautelas.

A justificativa para abertura do presente crédito prende-se ao fato de que o Governo do Estado tem direito de subscrever Cr\$ 5.385.268,00 (cinco milhões, trezentos e oitenta e cinco mil duzentos e sessenta e oito cruzeiros), no aumento de capital autorizado pela Assembléia Geral Extraordinária de 07.07.72 da Petróleo Brasileiro S.A.

O total de ações que o Governo possui até hoje é de 24.478.496 e receberá bonificações no valor nominal de Cr\$ 4.895.696,00 (quatro milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, seiscentos e noventa e nove cruzeiros).

A subscrição a ser efetuada será pelo valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada, vantajoso para o Governo, pois a cotação em Bolsa Oficial de Valores tem se situado em torno de Cr\$ 3,20 (três cruzeiros e vinte centavos) por ação. Se o Governo do Estado não exercer o seu direito de subscrição, estará deixando de ganhar Cr\$ 11.000.000,00.

Outra vantagem com a subscrição é o fato de que as ações da PETROBRAS, exceto aval do Banco Oficial, é a única forma de garantia de operações de crédito sendo plenamente aceita pelas entidades financeiras, as quais adotam, inclusive, as ações com valor próximo da cotação oficial, aumentando desta forma as possibilidades quanto ao montante da operação.

Considerando que as ações da PETROBRAS apresentam excelente liquidez, se constituem, portanto num elemento adequado para que através de sua venda, se obtenha recursos adicionais destinados à cobertura de eventuais deficiências de Caixa do Tesouro Geral do Estado.

Visando atender essa finalidade, tem o Poder Executivo a necessária autorização legislativa para alienar 10.000,00 (dez milhões), de ações que, praticamente correspondem ao total das ações a serem subscritas (5.385.268) acrescidas das bonificações a receber (4.895.699,00).

O artigo 4.º do presente Anteprojeto revoga expressamente a Lei n. 5.393, de 02.09.1966, visto que o Departamento de Estradas de Rodagem cumpriu integralmente com os compromissos que originaram aquela Lei, dando assim condições para que o produto dos dividendos das ações da

PETROBRAS seja recolhido ao Tesouro Geral do Estado, pois essa receita era retida pela Empresa como garantia de financiamento, conforme Convênio celebrado.

Ao ensejo apresentamos a Vossa Excelência protestos de elevada estima e real consideração.

Excelentíssimo Senhor

Doutor PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Digníssimo Governador do Estado do Paraná

N/Capital.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros) destinados a subscrição de ações do Capital Social da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, na forma que abaixo especifica:

Órgão Principal: Secretaria da Fazenda-Administração Geral do Estado: Unidade Executora: Administração Geral do Estado.

4.0.0.0 DESPESAS DE CAPITAL

4.1.0.0 INVESTIMENTOS

4.1.5.0 Participação em Construção ou Aumento de Capital

de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas Cr\$ 5.400.000,00

Art. 2.º — Como recurso para a abertura do presente crédito especial o Poder Executivo poderá cancelar igual valor no Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n. 6.263, de 03.12.72.

Art. 3.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar ações subscritas e integralizadas pelo Governo do Estado do Paraná no Capital Social da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, até o limite de 10.000.000 (dez milhões) de ações.

Art. 4.º — Fica expressamente revogada a lei n. 5.393, de 02 de setembro de 1966.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PROJETO DE LEI N. 187-72

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SÚMULA: Mensagem Governamental encaminhando anteprojeto de lei que visa abrir crédito especial destinado a subscrição pelo Estado, de ações da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

PARECER

A presente proposição não esbarra com obstáculos legais ou de inconstitucionalidade. A oportunidade da medida é plenamente justificada pela Exposição de Motivos subscrita pelo Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda.

Dessa forma opinamos, s.m.j., pela aprovação da mesma.

Sala das Comissões, em 28 de outubro de 1972

aa) Armando Queiroz — Presidente

Santos Lima — Relator

Maurício Fruct — Igo Losso — Emílio Carazzai — Cândido M. de

Oliveira — Luiz R. Soares

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 187-72

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N. 51-72

1.) — O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 51-72, visa a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 5.400.000,00, destinado à subscrição, pelo Estado, de ações da PETROBRAS.

2.) — A dita Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se pela aprovação. Quanto ao aspecto financeiro nada temos a opor, pelo que opinamos favoravelmente à proposição.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1972

aa) Fuad Naeli — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

David Federmann — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 189-72, de autoria do Dep. Emílio Carazzai, autoriza o Poder Executivo transferir a pensão mensal concedida a Leonor Rauen Bacellar, pela Lei n. 5.204 de 10-12-65, a sua filha Jacy Bacellar Giamberardino. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 189-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir a pensão mensal concedida a Leonor Rauen Bacellar, pela Lei n. 5.204, de 10-12-65, a sua filha viúva Jacy Bacellar Giamberardino, em virtude de seu falecimento.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1972.

a) Emílio Carazzai

JUSTIFICAÇÃO:

Pelo alto sentido humano e em consonância com as exigências sociais, é de inteira justiça a transferência da pensão mensal concedida pela Lei n. 5.204, de 10-12-65, a senhora Leonor Rauen Bacellar, em virtude de seu falecimento, em favor de sua filha viúva Jacy Bacellar Giamberardino, desta forma, estaria minorando sua precária situação financeira.

Em face de tais considerações, esperamos o devido apoio e aprovação do Projeto de Lei proposto.

LEI N. 5.204

Data: — 10 de dezembro de 1965.

Súmula: — Concede uma pensão mensal a Leonor Rauen Bacellar, viúva do ex-funcionário público Brasília Bacellar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica concedida uma pensão mensal... vetado... a Leonor Rauen Bacellar, viúva do ex-funcionário público Brasília Bacellar.

Art. 2.º — As despesas com a execução da presente Lei, correrão pela dotação própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 10 de dezembro de 1965.

aa) Algacyr Guimarães — Felipe Aristides Simão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 189-72

A transferência da pensão mensal concedida a Leonor Rauen Bacellar, à sua filha viúva Jacy Bacellar Giamberardino é o escopo do presente projeto. Não há ônus para o erário, de sorte que a transferência é permitida. Além disso, o sentido humano da proposição é de força altamente convincente da oportunidade da iniciativa.

Opina pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Muggiati Filho — Emílio Carazzai — Jorge Sato — Santos Lima

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 189-72

PARECER

1) — O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Emílio Carazzai, visa a transferir a pensão mensal concedida a Leonor Rauen Bacellar à sua filha viúva Jacy Bacellar Giamberardino.

2) — A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente à aprovação do projeto. No que tange ao seu aspecto financeiro nada temos a opor, pelo que nosso parecer é pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

David Federmann — Antônio Belinati — Antônio L. Júnior

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 195-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 52-72, encaminhando anteprojeto de lei e exposição de motivos do senhor Secretário da Fazenda, objetivando reformular a Lei do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

MENSAGEM

52-72

Curitiba, 12 de outubro de 1.972

PROJETO DE LEI N. 195-72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o anexo anteprojeto de lei e a respectiva exposição de motivos, do Senhor Secretário da Fazenda, objetivando reformular a lei orgânica do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

Estando alguns de seus preceitos vinculados ao princípio da anualidade, previsto na Constituição da República Federativa do Brasil e no Código Tributário Nacional e estando próximo o encerramento do período ordinário de reuniões da Assembleia Legislativa do Estado solicito, na forma do § 3.º do art. 25 da Constituição do Paraná, o prazo de quarenta e cinco dias para o processo legislativo do anexo anteprojeto de lei.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N/Capital

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA

Cf. n. 651-72

Curitiba, 11 de outubro de 1.972

Senhor Governador:

O incluso anteprojeto de lei visa, fundamentalmente, consolidar, em um só diploma, as normas legislativas esparsas de origem nacional e estadual concernentes ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias: — ICM, bem como instituir algumas regras novas e aperfeiçoar conceitos anteriores com base na experiência já desenvolvida desde a reforma tributária advinda com a Emenda Constitucional n. 18 de 1.º de dezembro de 1.965.

2. O esboço de lei ora submetido ao crivo de Vossa Excelência, é caustico em relação a matéria tributária abrangida pelo princípio de reserva legal de que trata o art. 97 do Código Tributário Nacional. As demais disposições estão, todavia, alinhadas sob forma programática e flexível, ensejando a sua respectiva e imediata adequação às novas situações decorrentes do aprimoramento, sempre contínuo, do sistema tributário.

3. O anexo designio de lei, além de ter, em primeiro plano, um sentido tributário, — de orientação ao ingresso da receita derivada — traz, também, em seu bojo, alguns instrumentos extra-fiscais de política fiscal. Podem, no particular, ser reportados a dilatação de prazo de pagamento para o setor industrial, a redução na base de cálculo, o crédito presumido, o diferimento e a suspensão do pagamento, a manutenção de crédito, e as operações privilegiadas, em que não ocorre débito de imposto.

4. O mecanismo administrativo de processo e de penalidades fiscais foi reestruturado, de forma a desencorajar a transgressão tributária e a agilizar a cobrança dos créditos tributários pendentes.

5. O anteprojeto de lei ora submetido a apreciação de Vossa Excelência é o resultado de exaustivos estudos da Secretaria da Fazenda e das entidades de classe interessadas. O trabalho inicial foi distribuído às associações representativas dos contribuintes, para o fornecimento de sugestões. Vencida essa fase, foi constituído um grupo de trabalho, com a participação de um representante indicado pelo Instituto de Direito Tributário do Paraná, com a precípua missão de analisar as sugestões apresentadas e elaborar documento consecutivo sobre a matéria.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência, meus protestos de elevado apreço e real consideração.

a) MAURÍCIO SCHULMAN

Secretário da Fazenda

Excelentíssimo Senhor

Doutor PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Digníssimo Governador do Estado

N/Capital.

Súmula: LEI ORGÂNICA DO ICM

PROPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1.º — Esta lei institui, na forma do inciso II do art. 23 da Constituição da República Federativa do Brasil, o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias (ICM).

CAPÍTULO I
DO FATOR GERADOR

Art. 2.º — O ICM tem como fato gerador:

I — a saída de mercadoria de estabelecimento comercial, industrial ou produtor;

II — a entrada, em estabelecimento comercial, industrial ou produtor, decorrente de operação realizada pelo titular do estabelecimento, de mercadorias:

a) importadas do exterior;

b) importadas e apreendidas, arrematadas em leilão ou adquiridas em concorrência promovida pelo poder público.

III — o fornecimento de alimentação, bebidas e de outras mercadorias em restaurantes, bares, cafés e estabelecimentos similares.

§ 1.º — Equipara-se à saída:

1. a transmissão da propriedade sobre mercadoria quando esta não transitar pelo estabelecimento do transmitente;

2. o fornecimento de mercadorias com prestação de serviço, especificado como sujeito ao tributo estadual na lista de serviços para os efeitos do imposto municipal sobre serviços de qualquer natureza;

3. o fornecimento de mercadoria envolvendo prestação de serviço não especificado na lista a que se refere o item anterior.

§ 2.º — Quando a mercadoria for remetida para armazém-geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte, neste Estado, a saída considera-se ocorrida no lugar do estabelecimento remetente:

1. no momento da saída da mercadoria do armazém-geral ou do depósito fechado, salvo se para retornar ao estabelecimento de origem.

2. no momento da transmissão de propriedade sobre mercadoria depositada em armazém-geral ou depósito fechado.

§ 3.º — A natureza jurídica da operação tributável é irrelevante na caracterização do fato gerador.

§ 4.º — A empresa prestadora de serviço, inscrita como contribuinte do ICM, é abrangida pela norma do inciso II deste artigo.

CAPÍTULO II
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 3.º — A base de cálculo do ICM é:

I — o valor da operação de que decorrer a saída da mercadoria;

II — na falta do valor a que se refere o inciso anterior, o preço corrente da mercadoria, ou sua similar, no mercado atacadista da praça do remetente;

III — na falta do valor e na impossibilidade de se determinar o preço aludido no inciso anterior:

a) se o remetente for industrial, o preço FOB estabelecimento industrial à vista;

b) se o remetente for comerciante o preço FOB estabelecimento comercial à vista, em vendas a outros comerciantes ou industriais;

IV — no caso de entrada de mercadoria importada em estabelecimento de contribuinte importador, a base de cálculo é o valor constante dos documentos de importação, convertido em cruzeiros à taxa cambial efetivamente aplicada em cada caso, acrescido do valor dos impostos de importação e sobre produtos industrializados e das demais despesas aduaneiras efetivamente pagas, assim entendidas aquelas verificadas até o desembarque na repartição alfandegária;

V — na saída de mercadoria para o exterior, o valor líquido faturado a ele não se adicionando frete auferido por terceiro, seguro ou despesas decorrentes do serviço de embarque por via aérea ou marítima;

VI — na saída de mercadoria decorrente de venda aos encarregados da execução da política de preços mínimos, — o preço mínimo fixado pela autoridade federal competente;

VII — na hipótese de fornecimento de mercadoria com prestação de serviço não discriminado na lista de serviços, — valor da mercadoria somado ao preço do serviço prestado;

VIII — na hipótese de regime especial para circulação de produtos agropecuários ou extrativo-vegetais, — os valores que forem apurados e indicados em Instrução da Secretaria da Fazenda;

IX — na saída de veículos, máquinas e aparelhos usados que tenham sido recebidos de pessoas não qualificadas como contribuinte, para comercialização e cuja entrada tenha sido regularmente registrada, 10% (dez por cento) do valor da operação de que decorrer a saída;

X — na saída dos bens referidos no inciso anterior que tenham sido recebidos com crédito do imposto calculado sobre 10% (dez por cento) do valor da operação, — a mesma base de cálculo referida no inciso anterior;

XI — na saída de bem de capital de origem estrangeira promovida pelo estabelecimento que, com a isenção prevista no inciso XVI do art. 45, houver realizado a importação — a diferença entre o valor da operação de que decorrer a saída e o custo da aquisição do referido bem, observado o disposto no § 9.º deste artigo;

XII — no fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias em restaurantes, bares, cafés e estabelecimentos similares, — o preço do fornecimento, incluída a parcela da gorjeta debitada na Nota Fiscal;

XIII — na entrada em estabelecimento comercial, industrial ou produtor, decorrente de operação realizada pelo titular do estabelecimento, de mercadorias arrematadas em leilão ou adquiridas em concorrência promovida pelo Poder Público, — o preço total da arrematação;

XIV — na saída de mercadoria de estabelecimento industrial, em retorno ao estabelecimento que a tenha remetido para industrialização, — o valor agregado pelo estabelecimento que efetuar a industrialização.

§ 1.º — Na saída de mercadoria para estabelecimento em outra unidade federada, pertencente ao mesmo titular ou seu representante, quando as mercadorias não devam sofrer, no estabelecimento de destino, alteração de qualquer espécie, salvo recondicionamento, e quando a remessa for feita por preço de venda a não contribuinte, uniforme em todo o País, a base de cálculo será equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) deste preço.

§ 2.º — Na hipótese da letra b do inciso III deste artigo, se o estabelecimento comercial remetente não efetuar vendas a outros comerciantes ou a industriais, a base de cálculo será equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do preço de venda no estabelecimento remetente, observado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 3.º — Para aplicação do inciso III deste artigo, adotar-se-á a média ponderada dos preços efetivamente cobrados pelo estabelecimento remetente no segundo mês anterior ao da remessa.

§ 4.º — Nas operações interestaduais, entre estabelecimentos de contribuintes diferentes, quando houver reajuste do valor da operação depois da remessa, a diferença ficará sujeita ao ICM no estabelecimento de origem.

§ 5.º — Na base de cálculo serão incluídas as despesas acessórias debidas pelo sujeito passivo ao comprador ou destinatário, excluindo-se, porém, os descontos ou abatimentos no preço, registrados na Nota Fiscal e concedidos independentemente de qualquer condição, como tal entendida a que estiver subordinada a eventos futuros e incertos (art. 114 do Código Civil).

§ 6.º — O montante do ICM é parte integrante da base de cálculo do tributo, constituindo o seu respectivo destaque, nos documentos fiscais, mera indicação para fins de controle.

§ 7.º — O montante do imposto sobre produtos industrializados não integra a base de cálculo do ICM:

1. quando a operação constitua fato gerador de ambos os tributos;

2. em relação às mercadorias sujeitas ao imposto sobre produtos industrializados com base de cálculo relacionada com o preço máximo de venda no varejo, marcado pelo fabricante.

§ 8.º — Na saída de peça, parte, sobressalente e acessório, aplicado no bem usado, não se aplicam as normas dos incisos IX e X deste artigo.

§ 9.º — Para os efeitos do inciso XI deste artigo, consideram-se bens de capital as máquinas e aparelhos, bem como as suas peças, acessórios e sobressalentes, classificados nos capítulos 84 (oitenta e quatro) a 90 (noventa) da Tabela anexa ao Regulamento do IPI, quando, por sua natureza, se destinarem a emprego direto na produção agrícola ou industrial e na prestação de serviços (parágrafo único do art. 3.º da Lei Complementar n. 4 de 2 de dezembro de 1969).

§ 10 — Aplica-se o disposto no inciso V deste artigo às saídas de mercadorias de estabelecimento comercial ou produtor, ou de seus depósitos para os estabelecimentos a que se referem os itens 1 e 2 do § 1.º do art. 45.

Art. 4.º — Quando o comerciante atacadista ou industrial for responsável pelo tributo devido pelo varejista paranaense, a base de cálculo do ICM é:

I — o preço de venda a varejo, excluído o imposto sobre produtos industrializados, no caso de mercadorias cuja base de cálculo do tributo de competência da União esteja relacionada com o preço máximo de venda no varejo, marcado pelo fabricante;

II — o preço de venda a varejo, no caso de mercadoria que tenha preço de venda fixado por deliberação do fabricante ou em razão de medida de controle econômico ou social;

III — nos demais casos, — o valor ou preço da mercadoria cobrado pelo industrial ou comerciante atacadista, acrescido de relação percentual representativa do valor adicionado, a ser apurada e indicada em Instrução da Secretaria da Fazenda, computando-se a parcela do imposto sobre produtos industrializados.

Parágrafo único — Quando se tratar das operações indicadas neste artigo, realizados no âmbito interestadual, as bases de cálculo do ICM serão estabelecidas em Instrução da Secretaria da Fazenda de conformidade com o que dispuser normas estabelecidas em decorrência de ratificação de Convênio ou Protocolo de Estados.

Art. 5.º — A base de cálculo do ICM poderá ser fixada pela Secretaria da Fazenda mediante estimativa nos seguintes casos:

I — em ação fiscal:

a) quando ocorrer a exibição, a servidor da Secretaria da Fazenda, dos elementos necessários à comprovação do valor da operação, inclusive nos casos de perda ou extravio dos livros e documentos fiscais;

b) quando ocorrer fundamentada suspeita de que os documentos fiscais não refletem o valor da operação;

c) quando ocorrer transporte ou armazenagem de mercadorias sem os documentos fiscais exigíveis.

II — em lançamento de ofício, abrangendo:

a) estabelecimentos varejistas;

b) vendedores ambulantes sem conexão com estabelecimento fixo ou pessoas e entidades que atuem temporariamente no comércio.

Parágrafo único — Na hipótese da alínea a do inciso II deste artigo garantir-se-á, alternativamente:

1. o aproveitamento integral ou parcelado do crédito concernente às entradas de mercadorias;

2. o reajuste ou restituição do ICM sob a forma de compensação no período seguinte.

Art. 6.º — Compete a Secretaria da Fazenda manter atualizada, para efeitos de observância pelo contribuinte como base de cálculo, na falta de valor da operação de que decorrer a saída de mercadoria, tabela dos preços correntes no mercado atacadista das diversas regiões fiscais.

Art. 7.º — A Secretaria da Fazenda, conforme normas estabelecidas em Convênio ou Protocolo de Estados, devidamente ratificado, poderá estabelecer regime especial de redução na base de cálculo ou valores específicos para cada produto.

CAPÍTULO III DA ALÍQUOTA

Art. 8.º — São as seguintes as alíquotas do ICM:

I — nas operações internas, 15,5% (quinze e meio por cento) em 1973 e 15% (quinze por cento) a partir de 1.º de janeiro de 1974;

II — nas operações interestaduais e nas de exportação, 13,5% (treze e meio por cento) em 1973 e 13% (treze por cento), a partir de 1.º de janeiro de 1974;

Parágrafo único. Consideram-se operações internas:

1. aquelas em que o remetente e o destinatário da mercadoria estejam situados no território paranaense;

2. aquelas em que o destinatário, embora situado em outro Estado, não seja contribuinte do ICM ou, sendo contribuinte, tenha adquirido a mercadoria para uso e consumo próprios;

3. as de entrada, em estabelecimento de contribuinte, de mercadoria importada do exterior pelo titular desse estabelecimento.

Art. 9.º — Do produto da arrecadação, realizada de acordo com as alíquotas previstas no artigo anterior, 20% (vinte por cento) constituem receita dos Municípios.

Parágrafo único. Os prazos e a forma de depósito e escrituração, os critérios de cálculo dos índices de distribuição da quota municipal do ICM serão estabelecidos em Decreto do Poder Executivo, observadas as normas específicas constantes da legislação federal relativa à matéria.

Art. 10. — Nas saídas de mercadorias, promovidas por contribuinte inscrito, a serem vendidas sem destinatário certo, por meio de veículos de qualquer espécie, no território paranaense ou no de outro Estado, o ICM será calculado e destacado na Nota Fiscal, aplicando-se a alíquota relativa às operações internas sobre o valor total dessas mercadorias.

§ 1.º — Na Instrução que for expedida pela Secretaria da Fazenda, regulamentando a escrituração e o pagamento do ICM, em relação ao comércio ambulante em conexão com estabelecimento fixo, garantir-se-á, em relação às mercadorias negociadas em outra unidade federada:

1. o crédito correspondente à diferença entre as alíquotas relativas às operações internas e às interestaduais, cujo recolhimento ao Estado destinatário seja devidamente comprovado;

2. o crédito do ICM, destacado no documento, fiscal de remessa e cálculo mediante aplicação de alíquota relativa às operações internas, deduzida a parcela do tributo correspondente às mercadorias entregues no Estado destinatário e que não retornaram ao estabelecimento que as tenha remetido.

§ 2.º. Nas entregas a serem realizadas em território paranaense, de mercadorias trazidas sem destinatário certo, para comércio ambulante, por contribuinte de outra unidade da Federação, o ICM é calculado a alíquota relativa às operações internas, sobre o valor das mercadorias transportadas e antecipadamente recolhido na repartição da Secretaria da Fazenda do Paraná, existente no primeiro município paranaense por onde passar, admitida a dedução do tributo pago no Estado de origem até a importância resultante da aplicação da alíquota correspondente às operações interestaduais sobre o valor das mercadorias, indicado nos documentos fiscais.

§ 3.º. Em relação às mercadorias indicadas no parágrafo anterior, que retornarem ao Estado de origem, garantir-se-á, na forma a ser explicitada em Instrução da Secretaria da Fazenda, o reembolso da importância relativa à diferença de alíquota.

CAPÍTULO IV Do Sujeito Passivo

SEÇÃO I Do Contribuinte

Art. 11. — São contribuintes do ICM o comerciante, o industrial e o produtor que promovam, em relação às mercadorias, quaisquer das seguintes operações:

I — saída;

II — importação do exterior;

III — arrematação em leilão ou aquisição, em concorrência realizada pelo Poder Público, de bens importados e apreendidos;

IV — o fornecimento de alimentação, bebidas e de outras mercadorias em restaurantes, bares, cafés e estabelecimentos similares.

Parágrafo único. Consideram-se, também, contribuintes:

1. as sociedades civis de fins econômicos, inclusive cooperativas que pratiquem, com habitualidade, operações relativas à circulação de mercadorias;

2. as sociedades civis de fins não econômicos que explorem estabelecimentos industriais ou que pratiquem, com habitualidade, venda de mercadorias que para esse fim adquirirem;

3. os órgãos de administração pública direta, as autarquias e empresas públicas federais, estaduais ou municipais, que vendam, ainda que apenas a compradores de determinada categoria profissional, ou funcional, mercadorias que, para esse fim, adquirirem ou produzirem;

4. as empresas prestadoras de serviço:

a) cujo fornecimento de mercadorias é onerado pelo ICM, conforme determinação expressa constante da Lista de Serviços, fixada na legislação nacional;

b) fornecedores de mercadorias juntamente com prestação de serviços não incluídos na Lista referida na alínea anterior.

Art. 12. Considera-se contribuinte autônomo cada estabelecimento de comerciante, industrial ou de produtor, com relação a cada fato gerador que decorra de ato que praticar.

§ 1.º. É considerado estabelecimento o local onde o contribuinte exerce a sua atividade geradora da obrigação tributária principal, em caráter permanente ou temporário, bem como o depósito fechado onde se encontram armazenadas suas mercadorias.

§ 2.º. Por depósito fechado do contribuinte entende-se o local destinado exclusivamente ao armazenamento de suas mercadorias e no qual não se realizam vendas.

§ 3.º. É também considerado estabelecimento o veículo, de qualquer espécie, utilizado nas operações realizadas por vendedor ambulante.

§ 4.º. Quando o comércio ambulante for exercido em conexão com o estabelecimento fixo, existente no Estado, sob sua dependência, o veículo transportador é considerado prolongamento desse estabelecimento.

SEÇÃO II Do Responsável

Art. 13. São responsáveis pelo pagamento do ICM devido:

I — o transportador:

a) em relação à mercadoria que despachar ou transportar desacompanhada da documentação fiscal exigível ou com documentação inidônea;

b) em relação à mercadoria transportada de outro Estado para entrega sem destinatário certo em território paranaense;

c) em relação à mercadoria transportada que for negociada com interrupção de trânsito em território paranaense;

II — o armazém geral e o depositário a qualquer título:

a) na saída de mercadoria depositada, no Paraná, por contribuinte de outra unidade da federação;

b) na transmissão de propriedade sobre mercadoria equiparada à saída depositada no Paraná por contribuinte de outra unidade federada;

c) quando mantiver armazenada mercadoria que receber para depósito ou, ainda, quando autorizar a sua saída física ou ficta, esta decorrente apenas de transmissão de propriedade, sem documentação idônea;

III — o contribuinte estabelecido neste Estado, em relação à saída de mercadoria a ele destinada por produtor paranaense quando este não estiver inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado e desde que o remetente e o destinatário estejam situados na mesma região fiscal;

IV — o comerciante atacadista, o industrial ou o produtor, inscrito como contribuinte, na forma a ser regulamentada em instrução da Secretaria da

Fazenda, em relação a saída promovida por estabelecimento varejista, localizado neste Estado, de café torrado e/ou moído, leite, pães, bolachas, bebidas alcoólicas, refrigerantes, cimento, produtos alimentícios, produtos de confeitaria, farinha de trigo, cigarros, charutos, cigarilhas, fumo para cachimbo, fumo desfiado e encarteirado fumo tipo crespão, papel para cigarros e carne verde;

V — o contribuinte em relação à mercadoria cuja fase de deferimento ou suspensão tenha sido encerrada;

VI — o contribuinte que promover saída isenta ou não tributada de mercadoria que receber em operação de saída abrangida pelo diferimento ou suspensão, em relação ao ICM suspenso ou diferido concernente a aquisição ou o recebimento, sem direito a crédito;

VII — qualquer pessoa em relação a mercadoria que detiver para comercialização, industrialização ou simples entrega, desacompanhada de documentação fiscal ou acompanhada de documento inidoneo;

VIII — o leiloeiro, síndico, comissário, e liquidante, em relação às operações de conta alheia;

IX — os contribuintes arrolados no § 1.º do art. 6.º do Decreto-Lei n. 406 de 31 de dezembro de 1968, ou seus agentes financeiros, em relação a aquisição de mercadorias, quando essa responsabilidade for estabelecida em Instrução da Secretaria da Fazenda e em termo de acordo.

Parágrafo único. O responsável subroga-se nos direitos e obrigações do contribuinte, estendendo-se a sua responsabilidade à punibilidade por infração tributária, ressalvada, quanto ao síndico e o comissário, o disposto no parágrafo único do art. 134 do Código Tributário Nacional.

SEÇÃO III Da Responsabilidade Solidária

Art. 14. São solidariamente responsáveis pelo imposto devido, pelo contribuinte ou responsável:

I — os despachantes que tenham promovido o despacho:

a) relativo à saída de mercadoria sem a documentação fiscal exigível;
b) relativo à entrada de mercadoria estrangeira, saída da repartição aduaneira com destino a estabelecimento diverso daquele que a tiver importado ou arrematado;

II — os entrepostos aduaneiros ou industriais que promovam, sem a documentação fiscal exigível:

a) a saída de mercadoria para o exterior;
b) saída de mercadoria estrangeira depositada no entreposto com destino ao mercado interno;
c) reintrodução de mercadoria.

CAPÍTULO V Do Cadastro

Art. 15. A Secretaria da Fazenda manterá um cadastro atualizado das despesas físicas e jurídicas vinculadas obrigatoriamente ao ICM, objetivando:

I — a identificação fiscal do sujeito passivo da obrigação tributária principal, ou dos intermediários de negócio;

II — instituir um sistema de processamento de dados, juntamente com as guias de recolhimento e de apuração do ICM e outros documentos fiscais, que propicie orientação no setor de fiscalização tributária;

III — registro, análise e acompanhamento da receita derivada, de maneira a oferecer maior segurança e a permitir a previsão da arrecadação e formulação da política tributária.

Art. 16. Compete à Secretaria da Fazenda expedir Instrução estabelecendo as normas para inscrição, alteração e exclusão no cadastro de que trata o artigo anterior, bem como os modelos dos respectivos documentos.

§ 1.º. A inscrição deve ser solicitada antes do início das operações concernentes à circulação de mercadorias em relação a cada estabelecimento na repartição fazendária estadual do domicílio tributário do requerente, assim entendida a da localidade onde estiver situado o estabelecimento no qual se promovam operações tributáveis.

§ 2.º. — Quando o estabelecimento for imóvel rural, situado em território de mais de um município paranaense, o contribuinte deverá solicitar a inscrição na repartição fazendária estadual mais próxima da sede desse estabelecimento.

§ 3.º. A Secretaria da Fazenda poderá, mediante Instrução, estabelecer os casos e condições:

1. de dispensa de inscrição;
2. de inscrição provisória;
3. de inscrição obrigatória.

§ 4.º. As alterações tais como fusão, incorporação, aquisição, transferência, de denominação social ou ramo de atividade, devem ser comunicadas à repartição fazendária, no prazo de até dez dias da ocorrência.

§ 5.º. O contribuinte que cessar definitivamente a sua atividade deve requerer junto à Secretaria da Fazenda, no prazo de trinta dias da ocorrência, a sua exclusão do Cadastro do ICM, entregando, à repartição fazendária, para inutilização, os blocos de notas fiscais não utilizados bem como, para fins de levantamento fiscal, os livros fiscais e blocos de notas fiscais utilizados.

§ 6.º. A paralisação temporária das atividades deve ser comunicada por escrito pelo contribuinte, à repartição fazendária do seu domicílio tributário, no prazo de até cinco dias contados da referida paralisação, depositando na ocasião, os blocos de notas fiscais não utilizados, para custódia até o reinício das atividades.

Art. 17. Em relação a cada inclusão de contribuinte no Cadastro do ICM a Secretaria da Fazenda fornecerá um documento fiscal de identidade, numerado segundo critérios técnicos convenientes.

§ 1.º. O número de inscrição deve ser impresso em todos os documentos fiscais que o sujeito passivo emitir.

§ 2.º. A Secretaria da Fazenda poderá adotar, mediante Instrução, o uso de carimbo padronizado onde constem as identificações fiscais estadual e federal.

Art. 18. O Cadastro do ICM deverá indicar, em relação a cada unidade econômica inscrita, no mínimo os seguintes elementos básicos:

- I — número de inscrição estadual;
- II — número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda (CGC);
- III — firma ou denominação social;
- IV — endereço, composto pelo menos de:
 1. rua e número;

2. distrito ou subdistrito;

3. município;

V — Código de Atividade Econômica, a ser explicitado através de Instrução da Secretaria da Fazenda com base em Convênio celebrado entre a União, os Estados e o Distrito Federal.

CAPÍTULO VI Da Época da Extinção do Crédito Tributário

SEÇÃO I Dos Prazos

Art. 19. Devem ser observadas as seguintes épocas para pagamento do ICM:

I — pelos estabelecimentos varejistas sujeitos ao sistema de lançamento de ofício, por estimativa, e pelos estabelecimentos comerciais e de produtos inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado, sujeitos ao sistema de autolancamento, os prazos escalonados de conformidade com critérios técnicos fixados em Instrução da Secretaria da Fazenda;

II — pelos estabelecimentos fabricantes, contribuintes do imposto sobre produtos industrializados — a partir de 30 (trinta) dias após o período considerado, nos prazos e condições previstos em Instrução da Secretaria da Fazenda;

III — pelos estabelecimentos importadores de mercadorias estrangeiras:

1. até o quinto dia útil imediato ao da entrada dos produtos no estabelecimento importador;

2. quando ocorrer a transmissão da propriedade sobre a mercadoria importada, sem que esta tenha transitado pelo estabelecimento do importador, os prazos facultados no inciso I deste artigo para o regime de autolancamento, em relação ao período considerado;

IV — pelos estabelecimentos na condição de responsáveis, — nos prazos especiais estabelecidos em Instrução da Secretaria da Fazenda;

V — na saída de mercadorias promovida por vendedor ambulante, sem conexão com estabelecimento fixo, ou por pessoa ou entidade que atue temporariamente no comércio, — antes do início da atividade tributável;

VI — na saída tributável em que não ocorra substituição tributária, promovida por produtor não inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado, — no momento da expedição da mercadoria;

VII — na entrega de mercadorias trazidas de outros Estados, sem destino certo nesta unidade federada, — antecipadamente, na primeira repartição da Secretaria da Fazenda por onde passar, observado o disposto no § 2.º do artigo 10;

VIII — no caso de reintrodução de mercadoria no mercado interno, promovida por estabelecimento de empresa exclusivamente exportadora, armazenagem alfandegada ou anteprojeto aduaneiro, nos prazos e condições fixados em Instrução da Secretaria da Fazenda;

IX — quando houver reajuste do valor da operação, depois da remessa interestadual de mercadoria, entre estabelecimentos de contribuintes diferentes, em relação a diferença ao Paraná — os prazos facultados nos incisos I e II deste artigo;

X — quando houver crédito tributário ao final do período correspondente ao lançamento de ofício até 15 (quinze) dias contados do encerramento do período lançado por estimativa.

§ 1.º. Nos casos indicados no inciso I deste artigo, os dias fixados em Instrução referem-se ao mês seguinte ao período compreendido, assim entendido o mês anterior.

§ 2.º. A regra do inciso II deste artigo não abrange os contribuintes equiparados a estabelecimento industrial na forma da legislação tributária federal, os quais, juntamente com os demais estabelecimentos industriais ou fabris que não atendam as condições, deverão observar os prazos facultados no inciso I deste artigo.

§ 3.º. A regra do inciso II não abrange, igualmente os pagamentos de ICM:

1. na condição de responsável;
2. em decorrência de entrada de mercadoria importada pelo titular do estabelecimento, nos casos do item 1. do inciso III deste artigo.

§ 4.º. Quando o pagamento for efetivado através da rede bancária, considerar-se-á data de recolhimento, na observância dos prazos facultados nesta lei, e do depósito do ICM no banco, a favor do sujeito ativo da obrigação tributária.

§ 5.º. No caso indicado no inciso VIII deste artigo, a reintrodução da mercadoria no mercado interno tornará devido o ICM que deixou de ser recolhido na saída aos destinatários ali referidos.

§ 6.º. Os estornos de créditos devem ser procedidos no período considerado em que se tornarem exigíveis de acordo com esta Lei.

Art. 20. A Secretaria da Fazenda poderá estabelecer regimes especiais para tratamento diferenciado em relação às épocas de pagamento do ICM; estabelecendo, através de Instrução, diferimento, suspensão ou dilação de prazo.

§ 1.º. Nas hipóteses de diferimento ou de suspensão os documentos fiscais não conterão destaque do ICM e as operações serão lançadas nos livros fiscais sem débito e crédito do imposto.

§ 2.º. Compete à Secretaria da Fazenda eleger, através de Instrução, a época do pagamento do ICM, nos casos de cobrança única do tributo estadual, numa das etapas da circulação de mercadorias.

Art. 21. Quando ocorrer infração, as importâncias cabíveis e relativas aos acréscimos, penalidades pecuniárias, juros e correção monetária, serão pagas quando se efetivar o ingresso do tributo em que deixou de ser pago.

SEÇÃO II

Da Atualização Monetária dos Créditos

Art. 22. A Secretaria da Fazenda regulamentará, através de Instrução, segundo os coeficientes de correção monetária fixados pelo órgão competente da União, do crédito tributário relativo ao ICM.

§ 1.º. Para efeito de cálculo de correção monetária será aplicado, sobre a importância a corrigir, o coeficiente relativo ao trimestre civil correspondente ao termo inicial da correção.

§ 2.º. Para os efeitos do parágrafo anterior, constitui termo inicial da correção monetária o trimestre civil seguinte ao em que expirou o prazo normal estabelecido para o pagamento do ICM.

§ 3.º. Em relação ao saldo devedor declarado em guia de informação e apuração do ICM, considera-se termo inicial, para os efeitos do § 1.º, o

trimestre civil seguinte ao em que foi inscrito o crédito tributário em dívida ativa do Estado.

§ 4.º Incumbirá ao órgão da Secretaria da Fazenda, a que couber o preparo do documento fiscal de recolhimento, a aplicação da correção monetária.

§ 5.º Passa a vencer correção monetária do ICM, já corrigido, a partir da data da rescisão do termo de acordo para pagamento parcelado do crédito tributário.

§ 6.º Não se aplica a atualização monetária do ICM objeto de denúncia espontânea ou relativo a saldo devedor declarado em guia de informação e apuração, ainda não inscrito em dívida ativa do Estado.

§ 7.º Na impossibilidade de se aplicar o coeficiente referido no § 1.º deste artigo, será adotado o coeficiente médio de período em que se tornou exigível o crédito tributário.

SEÇÃO III Dos Juros de Mora

Art. 23. O crédito tributário será acrescido do juro de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, não capitalizável.

§ 1.º Entende-se, para os efeitos deste artigo, crédito tributário:

1. o ICM;

2. as penalidades pecuniárias.

§ 2.º Os juros previstos neste artigo serão contados:

1. do mês seguinte ao em que o contribuinte ou responsável cientificarse da decisão definitiva que reconhecer legítimo o crédito tributário, até a data do pagamento ou da celebração do termo de acordo de parcelamento;

2. a partir da data da celebração do termo de acordo de parcelamento do ICM;

3. no caso de saldo devedor declarado em guia de informação e apuração do ICM a partir do segundo mês seguinte ao em que o correspondente crédito tributário for inscrito em dívida ativa do Estado.

§ 3.º Considera-se definitiva a decisão em processo fiscal que se tornar administrativamente irrecurável.

SEÇÃO IV Da Denúncia Espontânea

Art. 24. Os que procurarem espontaneamente, a repartição fazendária competente para sanar irregularidades, terão excluídas a responsabilidade por infração.

§ 1.º Ocorre a denúncia espontânea quando, inexistindo, ainda, a peça básica do processo administrativo-fiscal não tenha sido iniciado formalmente em relação à infração, qualquer levantamento fiscal, ou outra medida de fiscalização.

§ 2.º Quando a irregularidade relacionar-se com a parcela do crédito tributário concernente ao ICM, a exclusão da responsabilidade por infração prevista de guia visada pela repartição fiscal do seu domicílio tributário, na data da denúncia espontânea, o recolhimento do tributo devido, e do acréscimo do imposto, correspondente à mora de:

1. 5% (cinco por cento) até trinta dias da data da expiração do prazo normal para pagamento;

2. 10% (dez por cento) de trinta e um até sessenta dias contados da data da expiração do prazo normal para pagamento;

3. 20% (vinte por cento) de sessenta e um até noventa dias, contados da data da expiração do prazo normal para pagamento;

4. 40% (quarenta por cento), a partir do termo final do prazo referido no item anterior.

CAPÍTULO VII

Do Local da Extinção do Crédito Tributário

Art. 25. O ICM é pago na localidade onde se verificar a operação, assim entendida, em regra geral aquela onde se encontrar a mercadoria no momento da ocorrência do fato gerador.

Art. 26. Compreende, ainda, para efeito de pagamento do ICM, domicílio tributário o da situação:

I — do estabelecimento de comerciante, de industrial ou de produtor inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado, transmitente da propriedade sobre mercadoria que por ele tenha transitado;

II — do responsável, nos casos de substituição tributária indicados nesta Lei;

III — do estabelecimento depositante paranaense quando a operação tributável tiver por objeto mercadoria depositada em armagem geral, neste Estado, ou em depósito fechado;

IV — do estabelecimento em que der entrada a mercadoria, em decorrência das operações referidas nas alíneas do inciso II do artigo 2.º;

V — do armazem geral, localizado neste Estado, quando ocorrer saída ou transmissão de propriedade sobre mercadoria depositada por contribuinte de outra unidade federada;

VI — da primeira repartição arrecadadora estadual por onde passar vendedor ambulante, em conexão com estabelecimento fixo de outro Estado, com a finalidade de entregas de mercadorias a serem efetivadas nesta unidade federada.

§ 1.º Quando realizarem-se operações de venda ambulante, sem conexão com estabelecimento fixo, o ICM deve ser recolhido:

a) se, vindo de outro Estado, no lugar onde estiver localizada a primeira repartição fazendária estadual pela qual passar;

b) nas locomoções internas, no lugar onde estiver situada a repartição fazendária estadual mais próxima do local em que adquirir as mercadorias com as quais formará ou completará a carga do veículo transportador.

§ 2.º Quando é encontrada mercadoria em trânsito ou armazenada sem a documentação fiscal em ordem é exigível, o ICM deve ser recolhido na repartição fazendária estadual localizada no município onde for averiguado o ilícito fiscal.

§ 3.º Nos regimes especiais compete à Secretaria da Fazenda fixar, através de Instrução, o local da operação para efeito de pagamento do ICM.

CAPÍTULO VIII

Da forma da Extinção do Crédito Tributário

Art. 27. O pagamento é feito mediante guia de recolhimento (GR), cujos modelos são fixados ou alterados através da Instrução da Secretaria da Fazenda em:

I — estabelecimento bancário, devidamente autorizado;

II — agência de rendas;

III — agência auxiliar de rendas;

IV — caixa isolada, vinculada a agência de rendas.

§ 1.º — O pagamento deve ser feito em moeda nacional corrente ou cheque, nos casos e nas formas especificadas em Instrução da Secretaria da Fazenda, caso em que somente é considerado extinto o crédito com o respectivo resgate pelo sacado.

§ 2.º Quando o estabelecimento bancário funcionar como agente financeiro na aquisição ou venda de mercadoria, por conta de terceiros, poderá o pagamento do ICM ser autorizado, mediante Instrução da Secretaria da Fazenda e termo de acordo entre os interessados, sob forma de depósito no Banco do Estado do Paraná S.A. a favor:

1. desta unidade federada, em relação a parcela de 80% (oitenta por cento);

2. da conta de participação dos municípios na receita derivada do tributo estadual, relativamente à parcela de 20% (vinte por cento).

§ 3.º A obrigação tributária principal poderá ser ainda extinta na forma das demais modalidades no Código Tributário Nacional, nas condições e sob as garantias a serem estipuladas, para cada caso, em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 4.º Na Instrução a que se refere o "caput" deste artigo indicar-se-á o modelo da GR apropriada, em cada modalidade de operação tributável, para a efetivação do pagamento:

1. do ICM;

2. dos acréscimos;

3. do juro de mora;

4. das penalidades pecuniárias;

5. da correção monetária.

§ 5.º — Quando, em processo regular, for apreendida mercadoria, como prova material da infração tributária, e não ocorrer a extinção do crédito tributário constante de decisão irrecurável, por uma das modalidades mencionadas neste artigo processar-se-á hasta pública-administrativa, a fim de que os respectivos valores obtidos em moeda corrente possam ser utilizados na referida extinção.

§ 6.º A Instrução de que trata este artigo poderá estabelecer documento único de arrecadação para as rubricas indicadas nos itens do § 4.º.

§ 7.º A guia de recolhimento destinada ao pagamento do ICM fora da conta gráfica de entradas-saídas, deverá conter espaço para lançamento de eventuais créditos do tributo estadual, na forma a ser estabelecida em Instrução da Secretaria da Fazenda.

CAPÍTULO IX

Das Obrigações Tributárias Acessórias

Art. 28. Incumbe à Secretaria da Fazenda implementar, através de Instrução, as normas fixadas em Convênio ou Ajuste, celebrados entre União os Estados e o Distrito Federal, relativas ao Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais (SINIEF).

§ 1.º O registro das operações de cada estabelecimento será feito através de livros, guias e documentos fiscais, cujos modelos, forma e prazos de escrituração serão estabelecidos na Instrução de que trata este artigo.

§ 2.º Constituem instrumentos auxiliares da escrituração fiscal os documentos e livros de contabilidade geral dos estabelecimentos contribuintes do ICM.

§ 3.º As operações, lançamentos fiscais e saldos da conta gráfica, vinculados ao ICM, serão declarados, em relação ao período considerado, em guia mensal de informação e apuração padronizada em decorrência do SINIEF.

CAPÍTULO X

Dos Regimes Especiais

Art. 29. Em casos peculiares e objetivando facilitar o cumprimento das obrigações principal e acessória poder-se-á adotar regime especial.

Parágrafo único. Caracteriza-se regime especial, para os efeitos deste artigo, qualquer tratamento diferenciado da regra geral de extinção do crédito tributário ou de escrituração fiscal.

Art. 30. Os regimes especiais serão concedidos:

I — através de celebração de acordo, cujo termo será lavrado no Departamento de Rendas Internas, como resultado da decisão favorável exarada em petição escrita dirigida ao Secretário da Fazenda, nos casos de situação peculiar isolada;

II — com base no que dispuser em Instrução da Secretaria da Fazenda, quando a situação peculiar abranger vários contribuintes ou responsáveis.

§ 1.º Quando o regime especial, compreender contribuinte do IPI será ouvida, previamente, a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

§ 2.º Fica proibida qualquer concessão de regime especial fora das hipóteses indicadas nos incisos deste artigo.

§ 3.º O regime especial é revogável, a qualquer tempo, podendo, nos casos de acordo, ser denunciado isoladamente ou por ambas as partes.

Art. 31. A Secretaria da Fazenda manterá um serviço para registro, acompanhamento e controle dos regimes especiais do ICM, concedidos na forma do artigo anterior.

§ 1.º Incumbe ao Diretor do Departamento de Rendas Internas da Secretaria da Fazenda, atendendo as conveniências da administração fazendária, propor, ao Secretário da Fazenda, a reformulação ou revogação das concessões.

§ 2.º Os acordos celebrados (inciso I do artigo anterior) deverão ser numerados em ordem sequencial e divulgados através de publicação no Diário Oficial do Estado e de transcrição em circular.

CAPÍTULO XI

Da Apuração do ICM

SEÇÃO I

Do Período Considerado

Art. 32. Observado o princípio constitucional da incumulatividade, o mês será o período considerado para efeito de apuração e autolancamento do ICM, com base na escrituração em conta graficados valores.

§ 1.º O montante do ICM a recolher resultará da diferença a maior, no período considerado entre o imposto referente as mercadorias saídas do estabelecimento e o pago relativamente as mercadorias nele entradas, observados os parágrafos seguintes.

§ 2.º. Entende-se por saldo devedor, no período considerado, o débito menos o crédito do imposto.

§ 3.º. Entende-se por saldo credor, no período considerado, o crédito menos o débito do imposto.

§ 4.º. O saldo credor é transferível para o período ou períodos seguintes.

§ 5.º. No total do débito, em cada período considerado, devem estar compreendidas as importâncias relativas:

1. as saídas com débito tributário;
2. outros débitos;
3. estornos de créditos.

§ 6.º. No total do crédito, em cada período considerado, devem estar compreendidas as importâncias relativas:

1. as entradas com crédito do tributo;
2. outros créditos;
3. estornos de débitos;
4. eventual saldo credor no período anterior.

Art. 33. O ICM, corresponde ao autolancamento relativo ao período considerado, será demonstrado, mensalmente, em livros e documentos fiscais próprios, aprovados em Convênio ou Ajustes relativos ao SINIEF.

§ 1.º. O pagamento do ICM em decorrência do autolancamento, extingue o crédito sob condição resolutória da ulterior homologação desse lançamento.

§ 2.º. A homologação do autolancamento ocorre sob as formas previstas no Código Tributário Nacional (art. 150).

SEÇÃO II Dos Créditos

Art. 34. O valor do ICM pago, relativamente as entradas de mercadorias no estabelecimento, poderá ser lançado na escrituração fiscal como operação com crédito:

I — quando essas mercadorias recebidas, inclusive material de embalagem, destinarem-se à comercialização;

II — quando tais mercadorias recebidas destinarem-se a industrialização ou produção, inclusive matérias primas, produtos ou material intermediário ou secundário e material de embalagem que, se integrando ou não fisicamente no novo produto, forem consumidos ou desgastados no processo de industrialização ou produção, exceto as ferramentas;

III — quando as referidas mercadorias, anteriormente oneradas pelo tributo, forem objeto de:

1. devolução por consumidor final desde que o retorno ocorra até 60 (sessenta) dias contados da data do fato gerador;
2. retorno por não terem sido negociadas no comércio ambulante, ou por não ter ocorrido a tradição real;
- IV — quando o pagamento do tributo estadual, destacado na nota fiscal de entrada, for efetivado de forma desvinculada da conta gráfica:

1. na condição de responsável;
2. em relação à entrada de mercadoria em decorrência das operações referidas nas alíneas do inciso II do artigo 2.º.

§ 1.º. O direito ao crédito do imposto, nas entradas de mercadorias, é condicionado, em qualquer hipótese, às exigências de escrituração fiscal previstas em Instrução baseada no SINIEF e, quando não for exercido na época própria, só poderá ser utilizado em denúncia espontânea, ou quando o fato seja comunicado à repartição fiscal ou o seu valor seja incluído em reconstituição de escrita promovida pela fiscalização.

§ 2.º. Para os efeitos do disposto no item I do inciso III deste artigo não se considera devolução o retorno de mercadoria para conserto.

Art. 35. É admitido, ainda, na escrituração fiscal, na forma a ser estabelecida em Instrução da Secretaria da Fazenda, como crédito:

I — o valor equivalente a 90% (noventa por cento) do imposto único pago relativamente aos minerais do País, entrados em estabelecimento industrial consumidor dessas substâncias;

II — o valor relativo aos direitos autorais, artísticos e conexos, comprovadamente pagos pela empresa produtora de discos fonográficos e outros materiais de gravação de som, no período considerado, aos autores e artistas, nacionais ou domiciliados no País, assim como os seus herdeiros e sucessores, mesmo através de entidades que os representem;

III — o valor correspondente a um percentual fixo, como alternativa a ser dada aos produtores não inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado, como crédito ficto relativo às mercadorias entradas no respectivo estabelecimento;

IV — em relação as mercadorias negociadas no Estado destinatário, o valor correspondente à diferença entre as alíquotas relativas às operações internas e às interestaduais, cujo recolhimento aquele Estado seja devidamente comprovado, tratando-se de comércio ambulante, no âmbito interestadual, em conexão com estabelecimento fixo situado nesta unidade federada;

V — o valor recebido, correspondente a crédito de ICM acumulado e sem possibilidade de aproveitamento na forma usual, objeto de transferência ou recebimento autorizado pela Secretaria da Fazenda;

VI — o valor correspondente a crédito ficto, como benefício fiscal;

VII — o valor da restituição do imposto nos casos de pagamento indevido, quando o pedido de devolução for deferido pela autoridade administrativa competente;

VIII — o valor do imposto estornável, homologado e mantido pela Secretaria da Fazenda, como estímulo à atividade industrial do sujeito passivo;

IX — o valor do imposto a que se refere o inciso IV do artigo 34, pago mediante ação fiscal;

X — mensalmente o valor da parcela mensal do imposto a que se refere o inciso IV do artigo 34, recolhido em decorrência de termo de acordo de parcelamento.

Art. 36 — Não é permitido o crédito do imposto pago:

I — em relação a documento fiscal perdido, extraviado ou desaparecido, ressalvada a hipótese de sua comprovação de autenticidade;

II — não destacado no documento fiscal, ou calculado em desacordo com esta Lei e com as normas convencionais concernentes a SINIEF e explicitas em Instrução da Secretaria da Fazenda;

III — em relação a documento fiscal em que seja indicado estabelecimento destinatário diferente do receptor da mercadoria;

IV — em relação à mercadoria recebida para integrar o ativo fixo ou para conservação, recuperação ou melhoramento nos instalações do estabelecimento, salvo o crédito do imposto relativo a máquinas, aparelhos e

equipamentos de produção nacional, destinados a ampliação ou modernização, arrolados em Instrução do Secretário da Fazenda;

V — em relação a mercadoria para utilização ou consumo próprio do estabelecimento;

VI — em relação a mercadoria recebida para integrar ou para ser consumida em processo de industrialização ou de produção cuja ulterior saída ocorra sem débito do tributo estadual, sendo essa circunstância conhecida à data da entrada;

VII — em relação a mercadoria recebida para comercialização, quando sua posterior saída ocorra sem débito do tributo estadual, sendo essa circunstância conhecida à data da entrada;

VIII — em relação às mercadorias entradas no estabelecimento quando o imposto tiver sido devolvido, no todo ou em parte, ao próprio ou a outros contribuintes, por qualquer entidade tributante, mesmo sob forma de prêmio ou estímulo, ressalvadas as exceções previstas no § 6.º do art. 3.º do Decreto-lei n. 406 de 31 de dezembro de 1968, acrescido pelo art. 5.º do Decreto-lei n. 834 de 8 de setembro de 1969, e nos casos estabelecidos em Convênio de Estados e explicitados em Instruções da Secretaria da Fazenda.

§ 1.º — Na hipótese do inciso II deste artigo, quando o ICM destacado for maior do que o exigível na forma da lei o aproveitamento como crédito terá por limite o valor correto, observadas as normas sobre correção estabelecidas em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 2.º — Entende-se, para os efeitos dos incisos VI e VII deste artigo, por saída sem débito do ICM, a em que ocorra:

1. isenção objetiva ou subjetiva;
2. não incidência;
3. imunidade tributária.

§ 3.º — O crédito lançado irregularmente fica sujeito a glosa em ação administrativo-fiscal.

Art. 37 — Compete à Secretaria da Fazenda assegurar, através de Instrução, o princípio constitucional da incumulatividade do ICM, nos casos de pagamento do tributo de forma desvinculada da conta gráfica relativa ao período considerado.

SEÇÃO III

DOS ESTORNOS

Art. 38 — O contribuinte efetivará o estorno de crédito do ICM sempre que a mercadoria entrada no estabelecimento para comercialização ou industrialização:

I — for integrada no ativo fixo, ressalvada a exceção prevista nesta lei;

II — for utilizada ou consumida pelo próprio estabelecimento, ressalvados os bens intermediários empregados no processo de industrialização ou produção;

III — perecer ou se deteriorar;

IV — for objeto de saída sem débito ou tributo-estadual, sendo essa circunstância imprevisível à data da referida entrada;

V — for objeto de ulterior operação sujeita à redução na base de cálculo, proporcionalmente ao valor dessa redução;

§ 1.º — O estorno de crédito será determinado de ofício nos casos de glosa.

§ 2.º — O critério do ICM a estornar, nas hipóteses indicadas nos incisos deste artigo, será calculado, quando for conhecido o valor exato, mediante a aplicação da alíquota vigente na data do estorno sobre o preço de aquisição mais recente para o mesmo tipo de mercadoria, observado, no caso do inciso V, o percentual da redução.

§ 3.º — A escrituração fiscal do estorno será feita mediante nota fiscal, cuja natureza da operação será estorno de crédito, explicitando-se, no corpo do referido documento, a origem do lançamento, bem como o cálculo do respectivo valor.

§ 4.º — A Secretaria da Fazenda especificará, em Instrução, as hipóteses de manutenção de crédito do ICM, em relação às entradas de mercadorias cuja ulterior operação esteja beneficiada com isenção objetiva ou subjetiva, não incidência ou imunidade.

§ 5.º — Não se exigirá, dos estabelecimentos industriais, o estorno relativo às mercadorias entradas para utilização como matéria prima ou material secundário, na fabricação e embalagem dos produtos de que tratam o inciso I do § 3.º e o inciso III do § 4.º do artigo 1.º do Decreto-lei n. 496 de 31 de dezembro de 1968.

§ 6.º — O disposto no parágrafo anterior não se aplica às matérias-primas de origem animal ou vegetal que representem, individualmente, mais de 50% (cinquenta por cento) do valor do produto resultante de sua industrialização, caso em que será obrigatório o estorno de crédito.

§ 7.º — Os critérios do estorno referido nesta seção serão explicitados em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 8.º — O estorno de que trata o § 6.º nos casos de produtos sujeitos a diferimento ou suspensão será feito mediante pagamento em conta gráfica ou guia especial de recolhimento, sem direito a crédito.

§ 9.º — No caso do § 6.º deste artigo, quando não for excedido o percentual de 50% (cinquenta por cento), caberá na hipótese de produtos abrangidos anteriormente por diferimento ou suspensão, o pagamento do imposto diferido ou suspenso, admitindo-se a manutenção do crédito correspondente.

Art. 39 — O estorno de débito obedecerá, quanto a escritura, a regra do § 3.º do artigo anterior, observando-se, todavia, como natureza da operação — “estorno de débito”.

§ 1.º — O estorno de débito só poderá ser efetivado dentro de período considerado mediante comunicação do fato a repartição do domicílio tributário do sujeito passivo, anexando-se a cópia da nota fiscal.

§ 2.º — Após o pagamento do ICM, em relação ao período considerado, não caberá estorno de débito, regendo-se os pagamentos indevidos pelas normas aplicáveis da restituição do tributo estadual.

CAPÍTULO XII DA RESTITUIÇÃO

Art. 40 — As quantias recolhidas indevidamente ao Estado serão restituídas, mediante requerimento ao Secretário da Fazenda, desde que o contribuinte ou responsável produza prova de que o respectivo valor não tenha sido recebido de terceiros.

§ 1.º — O terceiro que faça prova de haver recebido o encargo financeiro do ICM subroga-se no direito à devolução de imposto indevidamente pago, em relação ao contribuinte ou responsável.

§ 2.º — O contribuinte ou responsável, expressamente autorizado pelo terceiro, a quem o encargo relativo ao ICM tenha sido transferido, poderá pleitear a restituição do tributo indevidamente pago.

§ 3.º — A restituição poderá ser processada, após o despacho favorável, mediante autorização de crédito do respectivo valor em conta gráfica, caso em que será mencionado, nos livros e documentos fiscais, o número do respectivo protocolo.

§ 4.º — Decorridos 180 (cento e oitenta) dias do despacho concessório da restituição, sem que seja efetivamente recebida a importância a ser restituída, o contribuinte poderá escriturar como crédito o respectivo valor, mencionando o número do protocolo correspondente.

Art. 41 — A restituição total ou parcial do ICM dá lugar a devolução de penalidade tributária, acréscimo, juro e correção monetária pagos e correspondentes, salvo as penas de caráter formal que se não devem considerar prejudicadas pela sua assecuratória da restituição.

CAPÍTULO XIII DAS OPERAÇÕES SEM DEBITOS DO IMPOSTO

Art. 42 — O Chefe do Poder Executivo ou seu representante ficam autorizados a celebrar Convênios ou Protocolos de que trata o § 6.º do art. 23 da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 1.º — Após ratificação dos Convênios ou Protocolos, na forma do disposto em Lei Complementar, compete à Secretaria da Fazenda implementar, através de Instrução, a aplicação dos benefícios fiscais.

§ 2.º — A Instrução a que se refere o parágrafo anterior poderá condicionar a concessão de quaisquer benefícios fiscais à apresentação, pelo interessado, de certidão negativa de dívida ativa estadual.

Art. 43 — Compete à Secretaria da Fazenda definir, através de Instrução, os casos em que os benefícios fiscais devem ser requeridos para o efeito de sua individualização.

Parágrafo Único — O despacho concessório não gera direito adquirido em favor do beneficiário, ressalvada a hipótese prevista no artigo 178 do Código Tributário Nacional.

Art. 44 — O sujeito ativo da obrigação tributária principal poderá exigir, na concessão de benefícios fiscais, quaisquer documentos considerados necessários para provar a satisfação dos requisitos correspondentes ou ao controle e acompanhamento da concessão.

Art. 45 — Constituem-se operações sem débito do imposto:

I — a saída de produto industrializado para o exterior;

II — a alienação fiduciária em garantia;

III — as saídas de mercadorias decorrentes da alienação fiduciária em garantia do estabelecimento do devedor para o do credor ou para depósito em nome deste e no retorno ao estabelecimento do devedor, em virtude da extinção da garantia;

IV — a saída de estabelecimento prestador de serviços, de mercadorias a ser ou que tenha sido utilizada na prestação de tais serviços, ressalvados os casos de cobrança previstos na Lista de Serviço constante da legislação complementar;

V — a saída de estabelecimento de empresa de transporte ou de seu depósito por conta e ordem desta de mercadorias de terceiros;

VI — a saída de mercadoria com destino a armazém geral, à ordem do remetente, ou a depósito fechado do próprio contribuinte, localizados no Estado;

VII — a saída de mercadoria dos estabelecimentos referidos no inciso anterior em retorno ao estabelecimento remetente;

VIII — a saída de mercadoria para estabelecimento da mesma empresa ou de terceiros, localizados neste Estado, para industrialização e que devam retornar ao estabelecimento de origem;

IX — a saída de mercadoria a que se refere o inciso anterior, em retorno ao estabelecimento de origem situado neste Estado, sem prejuízo do pagamento do tributo estadual sobre o valor agregado pelo estabelecimento que a tiver procedido;

X — a saída, de quaisquer estabelecimentos, de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos, bem como as de energia elétrica e de minerais do País que estejam sujeitos aos impostos especiais a que se referem os incisos VIII e IX do artigo 21 da Constituição da República Federativa do Brasil;

XI — a saída de peças, veículos, ferramentas, equipamentos e outros bens não pertencentes à linha normal de comercialização do contribuinte quando utilizados como instrumento próprio de trabalho;

XII — a saída de livros, jornais, periódicos e do papel destinado a sua impressão, excluídos os livros em branco ou para escrituração;

XIII — a saída de bem destinado a contribuinte, promovida por pessoa não-qualificada como tal;

XIV — a saída para a Zona Franca de Manaus de produtos industrializados nacionais, para consumo, industrialização ou reexportação para o estrangeiro, excluídos armas e munições, perfumes, fumo, bebidas alcólicas e automóveis de passageiros;

XV — a entrada de mercadoria importada do exterior, quando destinada a utilização como matéria-prima em processo de industrialização em estabelecimento do importador, desde que as saídas dos produtos industrializados ocorram com débito do ICM;

XVI — a entrada de mercadoria cuja importação estiver isenta do imposto de competência da União sobre a importação de produtos estrangeiros;

XVII — a entrada em estabelecimento do importador de mercadoria importada do exterior sob o regime de "draw-back";

XVIII — a entrada de mercadoria em estabelecimento de importador, quando importada do exterior e destinada à fabricação de peças, máquinas e equipamentos para o mercado interno, como resultado de concorrência internacional com participação da indústria do País, contra pagamento com recursos oriundos de divisas conversíveis, provenientes de financiamento a longo prazo, de instituições financeiras internacionais ou entidades governamentais estrangeiras;

XIX — a saída de mercadoria destinada ao mercado interno produzida em estabelecimentos industriais como resultado de concorrência internacional, com participação de indústrias do País, contra pagamento com recursos oriundos de divisas conversíveis provenientes de financiamento a longo prazo de instituições financeiras internacionais ou entidades governamentais estrangeiras;

XX — saída de vasilhames, recipientes e embalagens, inclusive sacaria, quando não cobrados do destinatário ou não computados no valor das mercadorias que condicionem e desde que devam retornar ao estabelecimento remetente ou a outro do mesmo titular;

XXI — a saída dos bens referidos no inciso anterior em retorno ao estabelecimento remetente ou a outro do mesmo titular ou a depósito em seu nome;

XXII — a saída de estabelecimento de empreiteiro de construção civil,

obras hidráulicas e outras obras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares, de mercadorias adquiridas de terceiros e destinados às construções, obras ou serviços referidos, a cargo do remetente;

XXIII — a saída de mercadoria de estabelecimento de produtor para estabelecimento de cooperativa de que faça parte, situada no Estado;

XXIV — a saída de mercadoria de estabelecimento de cooperativa de produtores para estabelecimento no Estado, da própria cooperativa, de cooperativa central ou de federação de cooperativas de que a cooperativa remetente faça parte;

XXV — a saída de amônia, ácido nítrico, nitrato de amônia e de suas soluções, ácido sulfúrico, ácido fosfórico, fosfatos de amônia, de enxofre, de estabelecimento onde se tiver processado a respectiva industrialização;

1. a estabelecimento onde se industrializem adubos simples ou compostos e fertilizantes;

2. a outro estabelecimento do mesmo titular daquele onde se tiver processado a industrialização;

3. a estabelecimento produtor.

XXVI — a saída dos produtos mencionados no inciso anterior, do estabelecimento referido no item 2, a estabelecimento onde se industrializem adubos simples e compostos ou fertilizantes e a estabelecimento produtor;

XXVII — a saída de quaisquer estabelecimentos de adubos simples ou compostos, fertilizantes, inseticidas, defensivos, fungicidas, formicidas, sarrnicidas, mudas de plantas, sementes certificadas ou identificadas pelos órgãos competentes, herbicidas, carrapaticidas, vacina para animais, vermífugos, vermícidias e sêmen congelado ou resfriado, rações, concentrados e suplementos para animais, parasitocidas, germicidas, desinfetantes, soros e medicamentos de uso veterinário, e pintos de um dia;

XXVIII — saída de quaisquer estabelecimentos de tratores e tratores-guinchos quando produzidos no País;

XXIX — saída de quaisquer estabelecimentos das seguintes máquinas e implementos agrícolas, desde que produzidos no País:

1. silos completos para forragem e cereais;

2. sacadores para café e cereais;

3. polvilhadeira de uso agrícola, pulverizadores e nebulizadores;

4. aparelhos e dispositivos mecânicos destinados a regular a dispersão ou orientação de jato de água inclusive simples ou móveis postos em movimento pela pressão de água, usados na irrigação da lavoura;

5. carregadoras para serem acopladas a trator agrícola;

6. enxadas rotativas e plainas niveladoras de levantamento hidráulico, de três pontas;

7. ordernhadeiras;

8. arame farpado;

9. modo-serrar portáteis de corrente com motor incorporado não elétrico, de uso agrícola;

10. vasilhames (latões) para transporte de leite;

11. veículos não automóveis e reboque de uso agrícola;

12. enxadas, pás, alviões, picaretas, enxades, forquilhas, ancinhos e gadanhos, machados, podões e ferramentas semelhantes de gume, foice, foicinhas, facas para cortar feno ou palha, tesoura para grama, cunhas e outras ferramentas manuais, para a agricultura, jardinagem ou silvicultura;

13. máquinas, aparelhos e instrumentos agrícolas e horticolas para preparação e cultivo do solo, discos de arado e grades, dentes de grade, arados inclusive rolos para preparar terrenos ou campos de esporte;

14. máquinas, aparelhos e instrumentos para colheita e debulha de produtos agrícolas, prensas-enfardadeiras de palha e forragem; máquinas-cortadeiras de reiva; tararas e máquinas semelhantes para limpeza de grãos, máquinas selecionadoras de ovos, de frutas e de outros produtos agrícolas;

15. outras máquinas e aparelhos para a agricultura, horticultura, avicultura e apicultura, inclusive germinadores com dispositivos mecânicos ou térmicos, chocadeiras, incubadeiras ou criadeiras para avicultura;

16. aparelhos e instrumentos de pesagem de gado (balanças);

17. pequenos motores à gasolina ou diesel, monocilíndricos, de potência igual ou inferior a 15 CV destinados a uso agrícola;

18. aviões de uso agrícola;

XXX — saída de quaisquer estabelecimentos de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais de produção nacional, cuja relação e posicionamento na Tabela anexa ao Regulamento do imposto de competência da União sobre produtos industrializados será feita em Instrução da Secretaria da Fazenda com base em Convênios de Estados, devidamente homologados;

XXXI — saída de quaisquer estabelecimentos, dos seguintes produtos hortifrutigranjeiros, em estado natural exceto quando remetidas para fora do Estado para fins de industrialização:

Abóbora, abobrinha, acelga, agrião, aipim, aipo, alcachofra, alecrim, alface, alfavaca, alfazema, almeirão, aneto, ariz, araruta, arruda e azedim; batata doce, beringela, beterraba, bertália, brócolo; camomila, cará, cardo, catalonha, cebolinha, cenoura, chicória, chuchu, coentro, cogumelo, cominho, couve e couve flor; endívia, erva cidreira, erva doce, erva santa maria, ervilha, escarola, espargo e espinafre; frutas frescas nacionais; funcho; gengibre, inhame, jiló, losna; manjerição, manjerona, moranga, maxixe, milho verde; nabo, nabo; palmito, pepino, pimenta e pimentão; quiabo, rabanete, raiz forte, repolho, rúcula, ruibarbo, salsa, salsão e segurelha; taioba, tampala, tomate, tomilho e vagem;

XXXII — saída de mercadoria que tenha entrado para integrar o ativo fixo, desde que a saída ocorra depois do uso normal a que se destinaram;

XXXIII — transferência de bens do ativo fixo de um para outro estabelecimento da mesma empresa;

XXXIV — saída de material de uso de consumo de um para outro estabelecimento da mesma empresa, desde que as mercadorias tenham sido adquiridas de terceiro e não se destinem a utilização de consumo em processo de industrialização pelo estabelecimento destinatário;

XXXV — saída de matérias-primas destinadas à produção de ração, concentradas ou suplementos para animais em estabelecimento industrial localizado no Estado;

XXXVI — a saída de produtos de origem nacional, destinados a instalação, ampliação ou requerimento de empreendimentos industriais julgados de interesse nacional, quando o fornecimento seja resultante de coleta de preços entre produtores nacionais e estrangeiros e feito contra pagamento com recursos oriundos de divisas conversíveis, provenientes de financiamento, a longo prazo, de instituições financeiras ou de entidades governamentais estrangeiras;

XXXVII — saída de mercadoria para outro Estado quando promovida por órgão da administração pública direta ou indireta e empresas concessionárias de serviço público para fins de industrialização, desde que os produtos retornem ao órgão ou empresa remetente deste Estado;

XXXVIII — a saída de mercadorias por compra em substituição ao direito de importar, realizada por Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Representações de Órgãos Internacionais e seus integrantes, desde que a mercadoria adquirida tenha sido concedida isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados;

XXXIX — a saída de mercadoria que tenha sido utilizada por prestador de serviço, desde que tais serviços hajam sido prestados por empresas devidamente homologadas pelo Centro Técnico de Aeronáutica, na forma da legislação vigente e que se dediquem aos trabalhos de lubrificação, conserto e recondicionamento de aeronaves, seus motores, peças e componentes;

XL — a saída de material bélico de uso privativo das Forças Armadas que tenham como destinatários Órgãos do Governo da União e desde que isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados;

XLI — a saída de discos didáticos;

XLII — a saída de obras de arte de estabelecimento que as tenha recebido do autor para exposição e venda;

XLIII — a saída de quaisquer estabelecimentos, de aparelhos tipo "pacemaker";

XLIV — a saída para o exterior, de flores e plantas ornamentais;

XLV — o fornecimento de refeições por estabelecimentos industriais, comerciais ou produtores, diretamente a seus empregados;

XLVI — saída de quaisquer estabelecimentos, de aves e ovos em estado natural ou congelados, exceto quando remetidos para fora do Estado para fins de industrialização;

XLVII — a saída de frutas frescas provenientes de países membros da Associação Latino Americana de Livre Comércio — ALALC;

XLVIII — saída de pescados para o exterior;

XLIX — saída de quaisquer estabelecimentos, para o território do Estado de peixes, suas ovas, crustáceos e moluscos, em estado natural, congelados, resfriados, salgados, secos, eviscerados, filetados, postejados ou defumados para conservação, desde que não enlatados ou cozidos e que sejam de origem nacional;

L — saída de açúcar cristal e demerara, efetuada por usinas ou cooperativas localizadas no Estado destinadas ao Instituto do Açúcar e do Alcool, a fim de que este efetue a exportação para o exterior;

LI — saída de produtos típicos de artesanato, regional, da residência de artesão, quando aí confeccionados sem utilização de trabalho assalariado;

LII — saída de produtos confeccionados em casas residenciais, sem utilização de trabalho assalariado, por encomenda direta do consumidor ou usuário;

LIII — saída de obras escultóricas, decorrentes de operação efetuada diretamente pelo autor, de caráter didático, literário, artístico e científico;

LIV — saída de amostras desde que não excedam a quantidade estritamente necessária para dar a conhecer a natureza, espécie ou qualidade do produto e não se destinem a comercialização e desde que contenham, em caracteres bem visíveis, a declaração de serem gratuitos;

LV — saída de mercadoria produzida por instituições de educação ou de assistência social, sem finalidade lucrativa e cujas rendas sejam integralmente aplicadas na manutenção de suas finalidades assistenciais ou educacionais no País sem distribuição de qualquer parcela a título de lucro ou participação;

LVI — saída de mercadoria com destino a exposição ou feira, para fins de exposição ao público em geral, desde que devam retornar ao estabelecimento de origem, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da saída;

LVII — saída da mercadoria referida no inciso anterior, em retorno ao estabelecimento de origem;

LVIII — movimentação de gado em pé, entre estabelecimentos pecuaristas localizados no Estado;

LIX — saída de juta;

LX — saída de sacaria de juta, ainda que em composição com outro produto e desde que promovida pelo estabelecimento industrializador;

LXI — saída de leite em estado natural, produzido e destinado ao consumo no território do Estado;

LXII — saída, de quaisquer estabelecimentos, de sacaria vazia em operações para o Estado;

LXIII — saída de erva mate cancheada para o exterior;

LXIV — saída de farelos e tortas de sementes oleaginosas para o exterior;

LXV — saída no varejo de mercadoria destinada a adquirente domiciliado no exterior do País, contra pagamento em cheque de viagem que expresse moeda estrangeira;

LXVI — a transferência de estoque de uma firma ou denominação social para outra, no Estado, em virtude de transformação, fusão, incorporação ou venda de estabelecimento ou fundo de comércio

§ 1.º — O disposto no inciso I deste artigo aplica-se também à saída de mercadoria de estabelecimento industrial ou de seus depósitos com destino:

1. a empresas comerciais que operem exclusivamente no comércio de exportação;

2. a armazéns alfandegados e entrepostos aduaneiros.

§ 2.º — No caso do parágrafo anterior e do inciso XIV a reintrodução da mercadoria no mercado interno tornará exigível o imposto devido pela saída com destino aos estabelecimentos ali referidos ou à Zona Franca de Manaus.

§ 3.º — Na hipótese do inciso XIV deste artigo, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da emissão da Nota Fiscal, o contribuinte fica obrigado a provar que houve entrega real da mercadoria ao seu destinatário, localizado na Zona Franca de Manaus.

§ 4.º — A prova de que trata o parágrafo anterior será produzida através de documento adotado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA.

§ 5.º — Vencido o prazo indicado no § 2.º deste artigo e não havendo sido produzida a prova, a operação será considerada tributada para efeito de pagamento do imposto.

§ 6.º — A hipótese referida no inciso XXVII deste artigo aplica-se exclusivamente aos produtos destinados ao uso da pecuária, na avicultura e na agricultura.

§ 7.º — Para utilização do benefício fiscal indicado no inciso XXXVI, o contribuinte deverá evidenciar com documento comprobatório de prévia declaração, para cada caso, do Ministro da Fazenda, expedida depois da aprovação pelos órgãos federais competentes do projeto em cuja implantação serão empregados os produtos.

§ 8.º — O estabelecimento a que se refere o inciso LX poderá lançar na Nota Fiscal o valor do ICM cujo pagamento seja isento, a título de crédito presumido.

§ 9.º — O benefício fiscal previsto no inciso LXI deste artigo não abrange as operações realizadas com estabelecimentos que industrializem o produto.

§ 10 — No caso do inciso LVII deste artigo se o retorno não ocorrer no prazo de até 60 (sessenta) dias da data da remessa, o ICM tornar-se-á devido.

§ 11 — Os benefícios fiscais referidos nos incisos XXVIII, XXIX e XXX deste artigo terão vigência até 31 de dezembro de 1974

CAPÍTULO XIV DO CONTROLE E DA ORIENTAÇÃO FISCAL

Art. 46 — A fiscalização e orientação fiscal sobre o ICM compete especialmente à Secretaria da Fazenda do Estado.

Parágrafo Único — Os servidores públicos incumbidos de realizar tarefas de fiscalização devem identificar-se através de documento de identidade funcional, expedido pela Secretaria da Fazenda.

Art. 47 — O Departamento de Rendas Internas da Secretaria da Fazenda terá, em sua estrutura organizacional, um órgão central incumbido de fornecer critérios e orientação geral sobre a programação dos serviços de fiscalização relativos ao ICM.

Parágrafo Único — Os critérios e a orientação de que trata este artigo serão fixados fundamentalmente, com base no processamento das informações econômico-fiscais contidas:

1. no Cadastro de Contribuintes do Estado;
2. nas guias de recolhimento;
3. nas guias de informação e apuração do tributo;
4. nos documentos fiscais exigíveis no SINIEF;
5. nos dados estatísticos de mercado.

Art. 48 — As pessoas físicas ou jurídicas com domicílio tributário no Estado, contribuintes, responsáveis ou intermediários de negócios, sujeitos ao ICM, não poderão excusar-se de exibir à fiscalização os livros e documentos de sua escrituração.

Parágrafo Único — No caso de recusa, a fiscalização poderá lacrar os móveis ou depósitos, onde possivelmente estejam os documentos e livros, lavrando termo desse procedimento do qual deixará cópia com o recusante, solicitando, de imediato, à autoridade administrativa a que estiver subordinada, providências para que se faça a exibição judicial.

Art. 49 — A Secretaria da Fazenda manterá uma Comissão Consultiva que terá por incumbência específica responder a todas as consultas sobre o ICM, dos contribuintes e das repartições fazendárias.

§ 1.º — As respostas às consultas serão numeradas em ordem seqüencial e deverão conter no preâmbulo, a respectiva súmula e a aprovação da autoridade competente, indicada em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 2.º — O resumo das respostas serão publicadas no Diário Oficial do Estado e divulgadas em circular do Departamento de Rendas Internas.

§ 3.º — As respostas às consultas servirão como orientação geral da Secretaria da Fazenda em casos similares.

§ 4.º — Não são passíveis de multa os contribuintes que praticarem atos baseados em respostas das consultas referidas neste artigo.

§ 5.º — As respostas às consultas não ilidem a parcela do crédito tributário relativo ao ICM, constituído e exigível em decorrência das disposições desta lei.

Art. 50 — A Secretaria da Fazenda poderá celebrar acordos com órgãos dos municípios paraenses, da União, de outras Unidades Federadas, bem como com entidades privadas, objetivando:

- I — intercâmbio de informações econômico-fiscais;
- II — interação nos programas de fiscalização tributária;
- III — treinamento de pessoal especializado em administração e fiscalização tributária.

Art. 51 — O Departamento de Rendas Internas poderá determinar, em casos excepcionais e temporariamente, na forma a ser disciplinada em Instrução da Secretaria da Fazenda, sistema individual de controle e pagamento, a fim de resguardar a correta execução desta lei.

CAPÍTULO XV DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

SEÇÃO I DAS INFRAÇÕES

Art. 52 — Constitui infração para os efeitos desta lei, toda a ação ou omissão que importe em inobservância pelo contribuinte, responsável ou intermediário de negócios, da legislação tributária relativa ao ICM.

§ 1.º — Respondem pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que de qualquer forma concorram para a sua prática ou dela se beneficiem.

§ 2.º — A responsabilidade por infrações da legislação tributária relativa ao ICM independe da intenção do contribuinte, responsável ou intermediário de negócio e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 53 — O direito de impor penalidade extingue-se em cinco anos contados da data da infração.

Parágrafo Único — O prazo estabelecido neste artigo interrompe-se por qualquer notificação ou medida em ação administrativo-fiscal em relação ao sujeito passivo da obrigação tributária.

SEÇÃO II DAS PENALIDADES

Art. 54 — Os infratores da legislação tributária concernente ao ICM ficam sujeitos às seguintes penas:

- I — multa;
- II — suspensão temporária ou perda definitiva de benefícios fiscais, na forma explicitada em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 1.º — São aplicáveis as seguintes multas:

1. Equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido, ao contribuinte que deixar de recolher no prazo indicado na legislação tributária, o saldo devedor declarado na guia de informação e apuração do ICM;

2. Equivalente a 100% (cem por cento) do valor do imposto devido, ao sujeito passivo que deixar de recolher o imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos previstos na legislação tributária, apurado em levantamento ou verificação fiscal;

3. Equivalente ao dobro do valor do crédito indevidamente utilizado, sem prejuízo do respectivo estorno, ao sujeito passivo que utilizar crédito do imposto, em desacordo com o disposto nesta lei;

4. Equivalente a 10% (dez por cento) do valor das mercadorias:

a) — ao sujeito passivo que deixar de emitir ou entregar nota fiscal em relação a operações com mercadoria sem débito do imposto;

b) — ao sujeito passivo que estocar ou manter em depósito fiscal regulamentar, correspondente às operações sem débito do imposto;

5. Equivalente a 30% (trinta por cento) do valor das mercadorias:

a) — ao sujeito passivo, que estocar ou manter em depósito, mercadorias recebidas sem a documentação fiscal regulamentar, correspondente às operações com débito do imposto;

b) ao sujeito passivo que deixar de emitir ou entregar documento fiscal, nas operações com débito do imposto;

6. Equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor das operações indicadas no documento fiscal:

a) ao sujeito passivo que emitir, sem autorização expressa da legislação tributária, documento fiscal que não corresponda a uma saída de mercadoria, a uma transmissão de propriedade de mercadoria, ou a uma entrada de mercadoria no estabelecimento;

b) ao sujeito passivo que emitir, adulterar ou utilizar documento fiscal falso, bem como ao que consignar em documento fiscal, declaração falsa ao estabelecimento de origem ou destino das mercadorias;

c) ao sujeito passivo que utilizar notas fiscais de contribuinte que tenha encerrado suas atividades;

7. Equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor efetivo da operação, ao sujeito passivo que consignar em documento fiscal, importância diversa do efetivo valor da operação ou emitir documento fiscal, consignando valores diferentes nas respectivas vias;

8. Equivalente a 10% (dez por cento) do valor do imposto recolhido, ao contribuinte que efetuar o recolhimento do imposto fora do seu domicílio tributário, excetuados os casos autorizados na legislação tributária;

9. De Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) por documento fiscal, ao agente que promover a impressão para si ou para terceiros, fornecer, possuir ou guardar documento fiscal falso ainda não utilizado;

10. De Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros):

a) ao sujeito passivo que não apresentar dentro dos prazos estabelecidos na legislação tributária, a Guia de Informação e Apuração do ICM;

b) ao que não requerer inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado antes do início das suas atividades;

c) ao sujeito passivo que deixar de preencher e entregar à Secretaria da Fazenda ou repartição que esta indicar, nos prazos estabelecidos, os demonstrativos regulamentares;

d) ao sujeito passivo que preencher documentos fiscais com omissões, incorreções, rasuras ou de forma ilegível;

e) ao sujeito passivo que substituir as vias dos documentos fiscais, em relação às suas respectivas destinações;

f) ao sujeito passivo que deixar de entregar à repartição fazendária de seu domicílio tributário, vias de notas fiscais a ela destinadas;

g) ao sujeito passivo que retirar do estabelecimento, livros ou documentos fiscais, sem autorização da Secretaria da Fazenda;

h) ao sujeito passivo que deixar de entregar ou remeter ao produtor, no prazo estabelecido, as 1.ªs e 2.ªs vias das notas de entrada emitidas, e a 2.ª via de nota fiscal de produtor;

i) ao sujeito passivo que não comunicar à repartição fazendária, a paralização temporária de suas atividades, bem como deixar de entregar os talonários de notas fiscais não utilizados, para custódia, até o reinício de suas operações;

j) ao contribuinte que não escriturar, na forma estabelecida na legislação tributária, as operações sem débito do imposto;

l) — ao contribuinte que não efetuar a escrituração dos livros fiscais nos prazos regulamentares;

11. De Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros):

a) ao sujeito passivo que deixar de requerer a sua exclusão, do Cadastro de Contribuintes do Estado, no prazo fixado nesta lei, bem como deixar de entregar à repartição fazendária, para inutilização, os talonários de notas fiscais não utilizados;

b) ao contribuinte ou transportador de mercadorias que, por qualquer meio ou forma, embarçar, dificultar ou impedir a ação fiscalizadora;

c) ao contribuinte que deixar de entregar à repartição fazendária, no prazo estabelecido na legislação tributária, as relações anuais de saídas de mercadoria;

12. De Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), ao contribuinte que emitir ou entregar notas de controle interno ou de outra denominação, em substituição a nota fiscal exigível para as operações de saída, sem prévia autorização da Secretaria da Fazenda;

13. De Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros):

a) ao contribuinte que utilizar, sem a devida autorização, máquina registradora que emita cupão em substituição a nota fiscal;

b) ao contribuinte que romper o lacre da máquina registradora, sem observância das disposições da legislação tributária;

c) ao agente que possuir, utilizar ou falsificar carimbo de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda;

14. De Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), ao agente que possuir, utilizar ou falsificar documento de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda.

§ 2.º — A Secretaria da Fazenda utilizará, anualmente, coeficientes de correção monetária ou salário-mínimo, para atualização dos valores expressos em cruzeiros neste artigo.

§ 3.º — O valor mínimo das multas é de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros).

§ 4.º — Na cominação das multas a maior pretere a menor que, no caso, passa a ser aplicada.

SEÇÃO III DAS REINCIDÊNCIAS

Art. 55 — A reincidência sujeita o infrator a multa em dobro e a cada reincidência subsequente aplicar-se-á essa pena acrescida de 20% (vinte por cento).

Parágrafo único — Considera-se reincidência a nova infração cometida ao mesmo dispositivo da legislação tributária, pelo mesmo infrator, dentro do prazo de três anos contados da data da ciência da decisão condenatória relativa a infração anterior, considerada definitiva na esfera administrativa.

CAPÍTULO XVI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

SEÇÃO I INSTRUÇÃO CONTRADITÓRIA

Art. 56 — A apuração das infrações à legislação tributária e a aplicação das respectivas multas são procedidas através de processo administrativo-fiscal, organizado em forma de autos forenses, tendo as folhas numeradas e rubricadas e as peças que o compõem dispostas na ordem em que forem juntadas.

Parágrafo único — O processo administrativo-fiscal de instrução contraditória obedecerá, em primeira instância, o seguinte procedimento e disposições:

1. Peça Básica

O processo iniciar-se-á alternativamente:

a) pelo auto de infração;

b) pela representação;

c) por denúncia escrita ou verbal reduzida a termo.

2. A Secretaria da Fazenda criará, através de Instrução, um sistema de controle, registro e acompanhamento dos processos iniciados.

3. Auto de Infração

O auto de infração será lavrado por funcionário da Secretaria da Fazenda, no exercício de função fiscalizadora, no momento em que for verificada infração à legislação tributária.

4. O auto de infração não deve conter rasuras, entrelinhas ou emendas e nele se descreverá de forma precisa e clara, a infração averiguada, devendo nele constar:

a) dia, hora e local da sua lavratura;

b) a qualificação e identificação fiscal do sujeito passivo;

c) o dispositivo da legislação tributária infringido e a penalidade aplicável;

d) o valor do crédito tributário relativo ao ICM, quando devido, demonstrado em relação à cada trimestre civil ou período, conforme haja ou não escrita contábil;

e) a assinatura do sujeito passivo, seu representante legal ou preposto;

f) determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de trinta dias.

5. A assinatura do sujeito passivo não importa em confissão, nem sua falta ou recusa em nulidade do auto de infração ou em agravamento da penalidade.

6. As eventuais falhas do auto de infração não acarretam nulidade, desde que permitam determinar com segurança a infração e o sujeito passivo.

7. Representação

A representação será lavrada por funcionário das repartições fazendárias que, em serviço interno, verificar a existência de infração à legislação tributária.

8. São aplicáveis à representação as mesmas disposições relativas ao auto de infração, exceto o requisito da letra e do item 4 deste parágrafo.

9. Denúncia

A denúncia escrita deverá ter a firma reconhecida do denunciante, com a sua qualificação e do denunciado e relatar, inequivocamente, os fatos que constituem a infração.

10. Quando a denúncia for verbal será reduzida a termo assinado pelo denunciante, na repartição fazendária competente.

11. Apreensão

É admissível a apreensão de mercadoria, livros e documentos como prova material da infração tributária, mediante termo de depósito.

12. As mercadorias apreendidas devem ser removidas para depósito.

13. Não sendo possível nem aconselhável a remoção, as mercadorias poderão ser depositadas em mãos de pessoas idôneas ou do próprio sujeito passivo.

14. Se houver prova ou fundada suspeita de que as mercadorias se encontram em residência particular, ou em dependências de qualquer estabelecimento clandestino e determinará providências para a busca e apreensão judiciária, a fiscalização adotará as cautelas necessárias para evitar a remoção do morador ou detentor recusar-se a fazer a exibição dessas mercadorias.

15. As mercadorias apreendidas ficam sob a custódia oficial do chefe da repartição fazendária por onde se iniciar o respectivo processo e poderão ser por este liberadas, em qualquer fase processual, mediante a satisfação, pelo sujeito passivo, das exigências determinantes da apreensão, ou desde que apresentada fiança ou garantia suficiente para atender ao pagamento do crédito tributário, a critério do referido chefe da repartição fazendária.

16. O rito da hasta pública administrativa das mercadorias apreendidas e o rito processual sumário serão fixados em Instrução da Secretaria da Fazenda.

17. Em relação à apreensão de livros e documentos fiscais, da sua correspondente lação será lavrado termo que constará do processo.

18. Intimação para Integração da Instância

A intimação para que o sujeito passivo integre a instância administrativa far-se-á:

a) pessoalmente, mediante entrega à pessoa do próprio sujeito passivo, seu representante legal, ou preposto, de cópia da peça básica do processo e dos levantamentos e outros documentos que lhe deram origem, exigindo-se recibo datado e assinado no respectivo original;

b) por via postal ou telegráfica, com prova de recebimento;

c) por edital, publicado uma única vez no Diário Oficial do Estado quando resultarem improficuos os meios referidos nas letras "a" e "b".

19. Considera-se feita a intimação:

a) na data da ciência do intimado ou da declaração de quem fizer a intimação pessoal;

b) na data do recebimento, por via postal, ou telegráfica; se a data for omitida, quinze dias após a entrega da intimação à agência postal telegráfica;

c) trinta dias após a publicação do edital, se este for o meio utilizado.

20. Início da Ação Fiscal

A ação fiscal tem início e se formaliza na data em que o sujeito passivo integrar a instância, com a reclamação ou, na sua falta, em que se expirar o prazo para a sua apresentação.

21. Reclamação

A reclamação é defesa apresentada, em cada processo, pelo sujeito passivo da obrigação tributária, no prazo de trinta dias, com efeito suspensivo, a contar da data em que se considera feita a intimação.

22. A reclamação apresentada tempestivamente supre eventual omissão ou defeito da intimação.

23. A reclamação será protocolizada na repartição por onde ocorrer a instrução do processo e nela o sujeito passivo aduzirá todas as razões e argumentos de sua defesa, juntando, desde logo, as provas que tiver.

24. Decorrido o prazo sem que tenha sido apresentada a reclamação esse fato será certificado no processo após o que somente poderá ser admitida prova que inequivocamente ilida a infração apontada.

25. Aditamento ou Retificação do Auto de Infração. Se após a lavratura do auto de infração e ainda no curso do processo for verificada falta mais grave ou erro na capitulação da pena, será lavrado, no mesmo processo,

termo de aditamento ou retificação, do qual será intimado o autuado, restituindo-se-lhe novo prazo de trinta dias para complementar a reclamação.

26. Contestação da Reclamação

Apresentada a reclamação, o processo será encaminhado, em quarenta e oito horas, ao autor do procedimento, seu substituto ou funcionário designado, para se manifestar, no prazo de dez dias, sobre as razões oferecidas pelo sujeito passivo.

27. Diligências

O chefe da repartição, a requerimento do reclamante ou de ofício, poderá determinar a realização de diligências ou requisitar documentos ou informações que forem julgadas úteis ao esclarecimento das circunstâncias discutidas no processo.

28. Relatório

Contestada a reclamação e concluídas as eventuais diligências, será ultimada a instrução do processo, no prazo de até dez dias do recebimento, com relatório circunstanciado sobre a matéria discutida.

29. Julgamento em Primeira Instância

O julgamento do processo em primeira instância cabe ao Diretor do Departamento de Rendas Internas da Secretaria da Fazenda.

30. Antes de proferir a decisão, a autoridade administrativa poderá solicitar a audiência do órgão jurídico da Secretaria da Fazenda.

31. A competência decisória prevista no item 29 deste parágrafo poderá ser delegada.

32. Dos Recursos para Segunda Instância

São os seguintes os recursos ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais:

a) "ex-officio", de decisão favorável ao sujeito passivo, mediante manifestação obrigatória da autoridade competente no final do ato decisório.

b) voluntário, total ou parcial, em cada processo, com efeito suspensivo, pelo sujeito passivo, no prazo de até trinta dias contados da data da intimação da decisão, independentemente de garantia de instância.

33. As razões do recurso serão juntadas ao respectivo processo, para ulterior encaminhamento ao órgão de segunda instância.

34. O recurso voluntário, mesmo perempto, será encaminhado ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, cabendo a este apreciar a petição.

35. O rito processual em segunda instância obedecerá as normas previstas em lei complementar.

36. Vista

Em qualquer fase do processo em primeira instância, é assegurado ao sujeito passivo o direito de vista na repartição fazendária onde tramitar o feito administrativo.

37. Decisões Definitivas

As decisões definitivas favoráveis ao Estado são executadas pela intimação do sujeito passivo (contribuinte, responsável) pelo Departamento de Rendas Internas, marcando-se-lhe o prazo de trinta dias para o cumprimento da decisão.

38. As decisões são definitivas e irreformáveis na esfera administrativa quando não caiba mais recurso ou depois de esgotados os prazos para o exercício do direito de recorrer.

SEÇÃO II

Do Rito Especial do Processo Administrativo-Fiscal

Art. 57 — Quando se tratar de infração concernente a falta de recolhimento do saldo devedor relativo ao período considerado, declaração e demonstrado pelo próprio sujeito passivo, na guia de informação e apuração do ICM, o respectivo processo fiscal terá rito especial e sumário não cabendo reclamação ou recurso.

§ 1.º — É admissível, até a data do pagamento, a retificação da Guia de Informação e Apuração do ICM, desde que a incorreção tenha resultado de erro na transcrição dos dados constantes do Livro de Registro de Apuração do ICM.

§ 2.º — Vencidos os prazos nos quais poderá o sujeito passivo recolher o ICM com a multa reduzida sem que ocorra o pagamento ou não tendo sido solicitado parcelamento do saldo devedor declarado, o valor do ICM e a importância total da multa serão inscritos, automaticamente em dívida ativa do Estado.

§ 3.º — Não cabe ação administrativo-fiscal, pelo rito de instrução contraditória, em relação a falta de pagamento de saldo devedor declarado em guia de informação e apuração do ICM, aplicando-se, nesse caso, o rito previsto nesta seção.

SEÇÃO III

Da Redução das Multas

Art. 58 — Tratando-se de infração tributária de que resulte exigibilidade de ICM, as multas aplicáveis poderão ser reduzidas:

I — nos procedimentos de instrução contraditória,

a) no prazo da reclamação, — para 40% (quarenta por cento);

b) no prazo de recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, — para 60% (sessenta por cento);

c) no prazo de trinta dias da intimação posterior a inscrição em dívida ativa, — para 80% (oitenta por cento);

II — nos procedimentos de rito especial e sumário:

a) até trinta dias contados da data da expiração do prazo normal para pagamento, — para 5% (cinco por cento);

b) de trinta e um dias até sessenta dias contados da data referida na alínea anterior, — para 10% (dez por cento);

c) de sessenta e um dias até noventa dias, a partir da data referida na alínea "a", — para 20% (vinte por cento);

d) de noventa e um dias até cento e vinte dias, a partir da data indicada na alínea "a", — para 40% (quarenta por cento).

§ 1.º — Para obter a redução do valor da penalidade o sujeito passivo deverá pagar o total do imposto devido e a parcela da multa.

§ 2.º — O pagamento efetivado na forma do parágrafo anterior será certificado nos autos do processo administrativo fiscal de instrução contraditória, lavrando-se, a seguir, o termo do seu encerramento.

§ 3.º — Fica excluída a redução nas multas nos casos de aplicação de multas mínimas.

CAPÍTULO XVII

Do Pagamento Parcelado

Art. 59 — A Secretaria da Fazenda poderá admitir, através de Instrução, o parcelamento de quaisquer créditos tributários relativos ao ICM, fixando os critérios e condições para sua concessão.

§ 1.º — Concedido o parcelamento, lavrar-se-á termo de acordo na repartição fazendária competente, sem implicar em novação ou transação.

§ 2.º — O pedido de parcelamento implica no reconhecimento incondicional da infração e do crédito tributário, tendo o termo de acordo ressaltante caráter decisório.

§ 3.º — Quando for indeferido o pedido de parcelamento, ou quando ocorrer o inadimplemento do acordo, serão tomadas as medidas necessárias ao registro na dívida ativa do Estado a fim de que seja providenciada a cobrança executiva do crédito tributário, deduzidas as parcelas já pagas.

§ 4.º — O termo de acordo será automaticamente rescindido quando ocorrer o inadimplemento de uma das prestações mensais.

Art. 60 — O valor parcelável compreende:

I — crédito tributário inscrito em dívida ativa do Estado:

a) ICM;

b) total da multa correspondente à infração;

c) correção monetária do ICM até a data do termo de acordo

d) juros vencidos sobre o valor do ICM e da multa;

e) juros de mora vencidos e prefixados, sobre o ICM já corrigido e sobre o valor da multa;

f) eventuais acréscimos.

II — crédito tributário ainda não objeto de qualquer procedimento fiscal:

a) ICM;

b) acréscimo previsto no § 2.º do artigo 24;

c) juros vencidos sobre o ICM;

d) correção monetária do ICM até a data do termo de acordo.

III — crédito tributário correspondente a saldo devedor declarado em guia de informação e apuração ainda não inscrito em dívida ativa do Estado:

a) ICM;

b) total da multa correspondente à infração;

c) juros vencidos sobre o ICM e multa.

IV — créditos tributários discutidos em processo administrativo de instrução contraditória, ainda não inscritos em dívida ativa do Estado:

a) ICM;

b) total da multa correspondente à infração;

c) correção monetária do ICM até a data do termo de acordo;

d) juros vencidos e prefixados, sobre o ICM já corrigido e sobre o valor da multa;

e) eventuais acréscimos.

CAPÍTULO XVIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 61 — A partir da vigência desta lei todas as infrações à legislação tributária do ICM serão apuradas de acordo com as normas processuais desta lei e as penalidades a serem aplicadas obedecerão as leis da época em que ocorreram as infrações.

Parágrafo único. As penalidades previstas nesta lei só retroagem quando forem menos severas que as previstas na lei vigente ao tempo da prática da infração (letra c do inciso II do art. 106 do Código Tributário Nacional).

Art. 62 — Na denúncia espontânea efetivada a partir da data da vigência desta lei, serão aplicados os acréscimos moratórios previstos no § 2.º do art. 24.

Art. 63 — Fica o Secretário da Fazenda autorizado, na forma do disposto no inciso III do art. 172 do Código Tributário Nacional, a remittir o crédito tributário inscrito em dívida ativa do Estado, cujo valor seja inferior à quantia correspondente a um maior salário mínimo vigente no Estado ao tempo do despacho relativo a remissão.

Parágrafo único. Compete à Procuradoria Geral e Consultoria Jurídica da Fazenda organizar e encaminhar, à autoridade administrativa indicada neste artigo, a relação dos créditos tributários passíveis de remissão.

Art. 64 — Ficam aprovados e mantidos, até que revogados por ato da mesma ou de superior hierarquia ao da concessão ou declaração, ou, ainda, até a expiração do prazo previsto, os benefícios fiscais não arrolados nesta lei e vigentes na data de sua publicação e que com ela não se conflitem.

Art. 65 — Ficam revogadas as disposições em contrário e especialmente a Lei n.º 5.463, de 31.12.66; os artigos 1.º e 2.º da Lei n.º 5.493, de 31.01.67; a Lei n.º 5.496, de 02.02.67; a Lei n.º 5.566, de 08.06.67; o artigo 4.º da Lei n.º 5.716, de 01.12.67; a Lei n.º 5.730, de 31.01.68; o artigo 6.º da Lei n.º 5.763, de 02.05.68; a Lei n.º 5.772, de 15.05.68; a Lei n.º 5.794, de 12.06.68; a Lei n.º 5.834, de 29.08.68; a Lei n.º 5.891, de 13.12.68; a Lei n.º 5.927, de 20.04.69; a Lei n.º 5.950, de 02.06.69; a Lei n.º 6.014, de 29.09.69; a Lei n.º 6.076, de 24.02.70; a Lei n.º 6.105, de 01.06.70 e a Lei n.º 6.179, de 10.12.70.

Parágrafo único. Enquanto não forem expedidos os atos que composibilitam a aplicação dos dispositivos desta lei que não sejam autoexecutáveis, ou enquanto a aplicação de tais dispositivos dependa de metódica implantação de novos órgãos, serviços ou rotinas administrativas, continuam em vigor as normas da legislação tributária anterior, compatíveis com este diploma e com as normas gerais de direito tributário.

Art. 66 — Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1973

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 195-72

SÚMULA: — Mensagem Governamental n.º 52-72, encaminhando anteprojeto de Lei e a respectiva exposição de motivos, do Senhor Secretário da Fazenda, objetivando reformular a Lei orgânica do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

PARECER

O desiderado do Projeto de Lei em tela, oriundo da Mensagem Governamental, n.º 52-72, é submeter ao crivo desta Casa de Leis, anteprojeto de Lei e a respectiva exposição de motivos, do Senhor Secretário da Fazenda, objetivando reformular a Lei orgânica do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

Referido Projeto visa, fundamentalmente, "consolidar, em um só diploma, as normas legislativas esparsas de origem nacional e estadual concernentes ao Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias — ICM, instituindo também algumas regras novas e aperfeiçoar conceitos anteriores com base na experiência já desenvolvida desde a reforma tributária advinda com a Emenda Constitucional n.º 18 de 1.º de dezembro de 1965". Justifica o Senhor Secretário da Fazenda.

Sob o aspecto legal e constitucional a propositura é escoreita. Assim, opino pela aprovação do Projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 22-11-72

(aa.) Armando Queiroz — Presidente
Cândido M. de Oliveira — Relator
Muggiati Filho
Jorge Sato
Santos Lima
Emílio Carazzai
Erondy Silvério

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 195-72
PARECER

O presente projeto de lei é originário de mensagem governamental e objetiva consolidar a legislação referente ao I.C.M. e somente benefício de ordem financeira trarão ao Estado, motivo porque se impõe a sua aprovação nesta Comissão. Lamentamos, apenas, que assunto de tamanha importância e responsabilidade não tenha vindo com mais tempo para um estudo mais amplo e para o debate nas comissões técnicas que poderiam nessa oportunidade contar com a presença de elementos técnicos das entidades de classe diretamente interessadas no assunto.

O projeto consolida e acrescenta. Está o legislativo às vésperas de recesso e o Estado necessita urgentemente dessa lei para a movimentação de sua máquina administrativa, bem como os municípios paranaenses.

Somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1972.

(aa.) Fuad Nacli — Presidente
Antônio Lopes Júnior — Relator
Odilon Reinhardt
Antônio Belinati

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 198-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 58-72, encaminhando anteprojeto de lei solicitando autorização ao Poder Executivo, para oferecer as quotas do Imposto Único sobre energia elétrica que couberem ao Estado, em garantia das obrigações que a COPEL assumirá, em empréstimo de Cr\$ 130.000.000,00 (Cento e trinta milhões de cruzeiros). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Em regime de urgência. — Aprovado.

MENSAGEM N.º 58-72

PROJETO DE LEI N.º 198-72

Curitiba, 1.º de novembro de 1972

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a oferecer as quotas do imposto único sobre energia elétrica, que couberem ao Estado, em garantia das obrigações que a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL assumirá, até o limite de Cr\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros) em operação de empréstimo destinada à obtenção dos recursos necessários à aquisição do controle acionário e ao atendimento dos onus decorrentes da incorporação da Companhia Força e Luz do Paraná.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º SGD/C/2251/72, de 26-10-72, da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, cujos termos ratifico, diz, com os necessários detalhes, sobre a oportunidade, significação e alto interesse público na aprovação da medida ora submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

PROJETO DE LEI N.º

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer as quotas do imposto único sobre energia elétrica, que couberem ao Estado, em garantia das obrigações que a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL assumirá, até o limite de Cr\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros), em operação de empréstimo destinado à obtenção dos recursos necessários à aquisição do controle acionário e ao atendimento dos onus decorrentes da incorporação da Companhia Força e Luz do Paraná.

Parágrafo único — As quotas do imposto único a que se refere este artigo serão as correspondentes a tantos exercícios financeiros quantos forem os anos em que se distribuírem as obrigações a serem garantidas.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo, em condições idênticas às previstas no artigo anterior, autorizado a oferecer as mesmas quotas do imposto único sobre energia elétrica em garantia dos saldos das dívidas em moeda nacional da Companhia Força e Luz do Paraná, que forem transferidos à Copel em decorrência da aquisição do controle acionário e incorporação, até o limite de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros).

Art. 3.º — É ainda autorizado o Poder Executivo prestar a garantia do Tesouro do Estado à parcela das obrigações referidas nos arts. 1.º e 2.º, eventualmente não coberta pelas quotas do imposto único sobre energia elétrica.

Art. 4.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a garantia do Tesouro Estadual, em substituição à que as Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — Eletrobrás — tiver prestado, quanto aos saldos das dívidas da Companhia Força e Luz do Paraná, em moeda estrangeira, que serão transferidos à COPEL, até o limite equivalente a Cr\$ 70.688.764,00 (setenta milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, setecentos e sessenta e quatro cruzeiros), reajustável em função das taxas cambiais oficiais, até a liquidação final das referidas obrigações.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 198-72
MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 58-72

A presente mensagem Governamental solicita autorização legislativa, para que o Poder Executivo possa oferecer, em garantia, as quotas do imposto:

único sobre energia elétrica, em garantia das obrigações que a "COPEL" assumirá em decorrência da aquisição do controle acionário da Companhia Força e Luz do Paraná.

A exposição de motivos da direção da "COPEL" devidamente gratificada pelo Exmo. Sr. Governador, justifica plenamente as razões da solicitação que não fere princípios legais ou constitucionais, motivo pelo qual opinamos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1972.

(aa.) Armando Queiroz — Presidente
Santos Lima — Relator
Erondy Silvério
Emílio Carazzai
Muggiati Filho
Jorge Sato

COMISSÃO DE FINANÇAS
PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 198-72

1) — A presente proposição é oriunda de Mensagem Governamental n.º 58-72, pela qual o Senhor Governador do Estado submete à apreciação desta Casa plano de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a oferecer as quotas do imposto único sobre energia elétrica, que couberem ao Estado, em garantia das obrigações que a COPEL assumirá, até o limite de Cr\$ 130.000.000,00.

2) — Sobre a matéria a douda Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente.

No que diz respeito ao aspecto financeiro que a mesma encerra nada temos a opor, pelo que opinamos, também pela sua aprovação.

E o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1972.

(aa.) Fuad Nacli — Presidente
Odilon Reinhardt — Relator
David Federmann
Antonio L. Júnior
Antonio Belinati — (vencido)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando determinações, em caráter de urgência, de efetivação de reparos na pista de rolamento da estrada que liga as cidades de Arapoti e Sengés. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando esclarecimentos sobre a data em que será escolhida a nova Mesa da Assembléia. Irá à apreciação da Comissão Executiva.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Lei n.ºs 143-72, 146-72, 187-72 e 195-72. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Lei n.ºs 249-71, 283-71, 11-72, 79-72, 101-72, 174-72 e 203-72. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Lei n.ºs 102-72 — 106-72 — 110-72 — 129-72 — 138-72 — 139-72 — 145-72 — 154-72 — 157-72 — 160-72 e 199-72. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja dirigido apelo ao Senhor Governador do Estado e ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S. A., no sentido de que esta prestigiosa instituição de crédito mantenha, sua agência em Munhoz de Mello. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos pela nomeação do Sr. Cel. Waldemar Osvaldo Bianco, para o cargo de Representante do Dentel no Estado do Paraná. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente de Sessão anterior, solicitando seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Indústria e Comércio, no sentido de que através da Superintendência de Seguros Privados — Susep, sejam tomadas providências visando que as companhias seguradoras liquidem com maior presteza e lisura os sinistros verificados, no que diz respeito ao Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil dos Veículos Automotores. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente de Sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, sugerindo que sejam adotadas medidas necessárias no sentido de que sejam destacados policiais para, nos pontos de táxi, procederem à identificação e revista dos passageiros que ali embarcarem. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente de Sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor do Detran, visando adotar medidas para intensificar o policiamento do órgão, na Avenida 7 de Setembro, notadamente no cruzamento com a rua Carneiro Lobo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente de Sessão anterior, solicitando dispensa de publicação de Redação Final aos Projetos de Resolução n.ºs 30-72, 31-72, 32-72, 33-72, 34-72 e Projetos de Lei n.ºs 144-71, 156-71 e 240-71. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para amanhã, dia 30, quinta-feira à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 72-70 — 91-70 — 290-70 — 74-71 — 106-71 — 150-71 — 163-71 — 248-71 — 260-71 — 279-71 — 282-71 — 23-72 — 24-72 — 32-72 — 33-72 — 61-72 — 81-72 — 97-72 — 109-72 — 113-72 — 119-72;

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 53-72, 77-72, 201-72 e do Projeto de Resolução n.º 35-72 e 36-72;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 54-72 — 95-72 — 143-72 — 146-72 — 175-72 — 177-72 — 187-72 — 189-72 — 195-72 e 198-72;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 289-71, 128-72, 164-72 e de Resolução n.º 37-72.

Levanta-se a Sessão.